

HT-121



Universidade Eduardo Mondlane

Faculdade de Letras

Departamento de História

O papel das ONG's no desenvolvimento comunitário da província de Tete, 1994 à actualidade.

Estudo de caso: impacto socio-cultural do Tchuma Tchato no distrito de Mágoè

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de licenciatura em **História** da Universidade Eduardo Mondlane

Manuel Luís Meque

HT-121

Maputo, 2002



**O papel das ONG's para o desenvolvimento comunitário da
provincia de Tete, 1994 à actualidade.**

**Estudo de caso: impacto socio cultural de Tchuma Tchato no distrito de
Mágoè**

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção
do grau de licenciatura em **História** da Universidade Eduardo Mondlane

Manuel Luís Meque

Departamento de História

Faculdade de Letras

Universidade Eduardo Mondlane

Supervisor : **Professor Doutor** Arlindo Gonçalo Chilundo

Maputo, 2002

O Juri

O presidente	O Supervisor	O Oponente	Data
			11/12/02

F. LETRAS U.E.M. ^{Op}
R. E. 29254
DATA 17/12/2002
AQUISIÇÃO aberto
GOTA HT-121

341.215.2:316.334.55
M551?

“Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada para a obtenção de qualquer grau, e que ela constitui o resultado da minha investigação pessoal.”

Dedicatória

À meus pais, Luís Meque e Filipa Razão, meus filhos Herculano Luís Chacupendeca Meque, Euclávio Mileno Manuel Meque e Martinha Belmira dos Tembos Meque.

Agradecimentos

A concretização deste trabalho foi possível graças ao apoio e colaboração de várias pessoas e entidades aos quais expresso os meus agradecimentos em especial ao meu supervisor, Professor Doutor Arlindo Gonçalo Chilundo que de forma paciente, incansável e encorajadora coordenou todo o trabalho desde a concepção do projecto do trabalho de licenciatura até a elaboração da presente Tese ;

Aos meus amigos e colegas de turma, que lado a lado fomos construindo uma relação académica juntando o útil ao processo de aprendizagem,

Aos docentes do departamento de História pela paciência e atenção durante a formação minha como estudante,

À minha mãe e meu pai (falecido) que sem recursos me insistiram para estudar sem poupar esforços e em momentos difíceis,

Ao meu primo Felizberto Vinte João que me encorajou em 1974 para não interromper os estudos por falta de recursos financeiros,

Aos meus filhos que sem amparo e com dificuldades me acarinharam para a realização deste sonho,

Ao Núcleo de estudos de Terra e Desenvolvimento (NET) pelo apoio financeiro que tornou possível a realização deste trabalho.

Ao programa *Tchuma tchatu* pela hospitalidade gentileza e apoio prestado em Tete e Bawa,

A todos os funcionários do programa em particular o senhor Luís Namanha e Jorge Pedro Valente, assim como as comunidades de Chinthopo que me apoiaram em todos os aspectos durante a pesquisa documental em Tete e trabalho de campo em Chinthopo respectivamente .

Resumo

O Posto Administrativo de Chinthopo pertence ao distrito de Mágoè, Província de Tete, situando-se a aproximadamente 550KM da cidade capital desta. É no posto administrativo de Chinthopo onde se localiza Bawa área onde se instalou o objecto de estudo do presente trabalho.

Mágoè, localiza-se ao Sul da albufeira de Cahora Bassa, a leste faz fronteira com o distrito do mesmo nome ; a Ocidente com a Zâmbia e a Sul Zimbabwe. O distrito de Mágoè tem actualmente uma superfície de cerca de 8.697Km² e uma população estimada em cerca 45.414 habitantes¹ com uma densidade populacional de 5hab/Km²

A autorização em 1993 de Piet Hougaard, para desenvolver o turismo cinegético em Chinthopo distrito de Mágoè mudou as relações sociais na região entre este operador de turismo e a população. As populações não podiam viver no seu habitat, sob o risco de serem torturadas porque a terra pertencia ao operador de turismo. Feito isto as condições de vida das populações deterioraram-se nasceram e agravaram-se os conflitos entre os dois atores sociais.

Mais tarde, porque se conhecia o potencial faunístico da região, em 1994, chega a Bawa, Posto Administrativo de Chinthopo, distrito de Mágoè um grupo de estudantes para fazer o estudo ecológico da população de elefantes na região e para sensibilizar as populações sobre a importância da conservação dos recursos naturais.

Em Chinthopo, este grupo de estudantes deparou-se com a triste situação em que estavam impostas as populações. De regresso a Tete estes estudantes propuseram a criação de um projecto piloto de gestão e manejo de recursos naturais envolvendo as comunidades. Este projecto viria a ser o que é hoje o programa *Tchuma tchatu*.

A proposta também consistia na criação de uma parceria entre o governo local, o operador privado e as comunidades locais. É nesta perspectiva que nasce *Tchuma tchatu*, projecto no princípio, e programa posteriormente. Após a sua concepção foi sendo financiado pela Fundação Ford uma Organização não Governamental de origem americana.

Implantado este projecto, hoje programa trouxe para a região consideráveis mudanças que a população reconhece. E é nestas transformações onde reside o seu impacto sócio-cultural que apesar de pequenas lacunas podemos considerá-lo de positivo. Portanto, é sobre este enfoque social que este trabalho de licenciatura versa.

No geral, este trabalho aborda o que motivou a concepção do projecto, objectivos, filosofia, o que foi cumprido, falhas e dificuldades no processo de implementação, êxitos e perspectivas.

¹ ACNUR/PNUD, 1996. Perfil de desenvolvimento distrital ; faz o levantamento estatístico do distrito, informações divulgadas em 1996.

ABREVIATURAS

ADMAGE- Administrative Management Design.

A.G.P.-Acordo Geral de Paz

A.H.M.- Arquivo Histórico de Moçambique

A.C.N.U.R.- Alto Comissariado das Nações Unidas Para os Refugiados.

CAMPFIRE- Comunal Areas Management Programme for Indigenous Resources.

C.E.A. -Centro de Estudos Africanos.

C.P.I. - Centro de Promoção de Investimentos.

D.P.A.D.R.- Direção Provincial de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

D.C.- Desenvolvimento Comunitário.

D.N.F.F.B.- Direção Nacional de Florestas e Fauna Bravia.

I.S.A.N.I.- Inspeção dos Serviços Administrativos e dos Negócios Indígenas.

M.A.D.E.R.-Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

M.I.C.O.A.- Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental

O.N.G.'s- Organizações Não Governamentais.

P.N.U.D.- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

S.P.F.F.B.- Serviços Provinciais de Florestas e Fauna Bravia

U.I.C.N.- União Mundial para a conservação da Natureza.

U.M.C.- Unidade de Apoio ao Maneio Comunitário

M.C.R.N.- Maneio Comunitário de Recursos Naturais.

INDICE	Página
• Declaração.....	i
• Dedicatória.....	ii
• Agradecimentos.....	iii
• Resumo.....	iv
• Abreviaturas.....	v
Introdução.....	1
• Problematização.....	4
• Metodologia de investigação.....	6
• Recensão Bibliográfica.....	7
Cap.I. Enquadramento teórico de Tchuma tchatu.....	14
Cap.II. Mágoè, das origens ao Tchuma tchatu	21
II.1 Localização Geográfica	21
II.2 Breve História Sócio-económica da região	22
II.3 As ONG's na província de Tete	26
II.4 História e estratégia do Tchuma tchatu	28
II.5 Organização do Tchuma tchatu	31
II.6 Beneficiários do Tchuma tchatu	32
Cap.III. Principais mudanças, impacto.....	33
III.1 Tchuma tchatu e a organização social das comunidades.....	34
III.2 No âmbito social.....	34
III.3 No âmbito económico	38
III.4 No âmbito sócio-cultural	38
Cap. IV. Consequências: Problemas, conflitos e perspectivas de desenvolvimento	40
IV.1 Problemas e conflitos.....	40
IV.2 Principais causas que originam os conflitos.....	43
IV.3 Enquadramento social dos conflitos.....	44
IV.4 Consequência de âmbito estrutural	45
IV.5 consequências de âmbito económico-financeiras.....	46
IV.6 Contribuição do Tchuma tchatu	47
Conclusão.....	50
Fontes.....	53
Anexos.....	60
Anexo 1 : Termo de autorização de safaris de Moçambique	

Anexo 2: Mapa de distribuição dos rendimentos em dinheiro

Anexo 2: Mapa da província de Tete.

Anexo 3: Mapa da área do projecto Tchuma tchatu

Anexo 4: Glossário

Anexo 5: Fotos

INTRODUÇÃO

A autorização em 1993 de Piet Hougaard pelo governo Moçambicano para explorar e desenvolver o turismo cinegético em Chinthopo distrito de Mágoè através do CPI (Centro de Promoção de Investimentos)¹, trouxe para a região um clima de terror e criou descontentamento no seio das comunidades. Piet viria a ser elemento chave e foco de conflitos, pois mudou totalmente o relacionamento entre ele e as populações, e a vida virou um inferno. Isto, porque ele proibiu tudo, torturava as populações, e esta situação deteriorou as condições de vida da população e conseqüentemente abria-se um espaço para o agravamento de conflitos que tiveram proporções alarmantes anos depois. Ninguém tinha o controlo de Piet na região e o seu procedimento não era conhecido pelas instituições do governo a nível provincial e central².

Mais tarde porque sabia-se que a região de Chinthopo era rica em fauna, em 1994, o departamento provincial de florestas e fauna bravia em Tete, destaca um grupo de estudantes bolseiros no exterior em estágio no país, para ir fazer um estudo ecológico da população de elefantes na zona e para sensibilizar as comunidades sobre a importância da conservação dos recursos naturais. Este grupo de estudantes já no terreno depara-se com a triste situação traduzida no mau relacionamento entre as populações e Piet Hougaard.

Feito o estudo, estes estudantes regressaram à Tete com uma proposta que consistia na criação de um projecto piloto de gestão e manejo de recursos naturais envolvendo as comunidades locais. É quando são organizados trâmites burocráticos para a criação e implantação de um projecto que viria a ter o nome de *Tchuma tchatu*.

¹ Ver termo de Autorização do projecto "Safaris de Moçambique" C.P.I. Maputo.

² Ver Série sistematização doc. Nº2, pp5 e Relatório de inspecção ao projecto "Safaris Moçambique" de 10 de junho de 1994, C.P.I. Maputo

Para o arranque do projecto, a assistência técnica foi da "Advisers" da UICN e financiamentos da fundação Ford-IRDC. À medida que o projecto foi crescendo, foram envolvidas outras instituições tais como a UICN-Moçambique, a Organização Dégue-Boroma, o CAMPFIRE, as universidades de Washington e do Natal, o sector privado constituído por Moçambique Safari e Negomano Safari, assim como o Governo³

A proposta também consistia na criação de uma parceria entre o governo, o operador privado neste caso concreto Piet Hougaard e as comunidades locais. Nesta parceria, o governo, apesar de parceiro, agiria como árbitro e *Tchuma tchatu* serviria de elo de ligação entre comunidades, Piet Hougaard e o governo, abrandando simultaneamente o braço de ferro que opunha o operador privado às comunidades. É nesta perspectiva e, sem plano, que nasce *Tchuma tchatu*, projecto no princípio e programa posteriormente. Este programa foi instalado no posto administrativo de Chinthopo que pertence ao distrito de Mágoè, Província de Tete, situando-se a aproximadamente a 550KM da cidade capital desta. É no posto administrativo de Chinthopo onde se localiza Bawa, área onde se instalou este projecto que é o objecto de estudo no presente trabalho. Mágoè, situa-se ao Sul da albufeira de Cahora Bassa, a leste faz fronteira com o distrito do mesmo nome ; a Ocidente com a Zâmbia e Zimbabwe a Sul. O distrito de Mágoè tem actualmente uma superfície de cerca de 8.697Km² e uma população estimada em cerca 45.414 habitantes⁴ e uma densidade populacional de 5hab/Km²

Como é importante estudar o homem como ser social, o dinamismo que cria junto de outros actores naturais que intervêm no equilíbrio ecológico, sendo o único que

³ Série sistemetização, doc. Número 2,página 7

raciocina neste grupo, o seu papel é determinante neste estudo. O objectivo do presente trabalho é de pesquisar o papel das ONGs no desenvolvimento comunitário na Província de Tete, especialmente as transformações introduzidas pelo programa de manejo comunitário dos recursos naturais *Tchuma Tchatu* em Chinthopo. A receptividade deste programa no seio das populações, sua actuação antes e depois da guerra, transição de emergência para acções de desenvolvimento e protecção do meio ambiente serão outros aspectos a serem tomados em consideração. Explorar a origem dos conflitos existentes entre o projecto, o Governo, as comunidades locais e os operadores privados, assim como perceber se os propósitos para o seu desenho foram cumpridos.

Porquê estudar o impacto Sócio Cultural do *Tchuma Tchathu*?

O interesse por este tema encontra a sua justificação, na necessidade de aprofundar o conhecimento sobre a vida no meio rural, bem como o conhecimento dos seus problemas, a sua cultura e a razão da implementação do projecto naquela região específica e não numa outra. Constitui ainda motivação para o presente estudo compreender as principais mudanças sócio-culturais operadas, durante o período em análise, que vai desde 1994 à actualidade.

Do que se sabe de fontes consultadas quer primárias como secundárias, Mágoè é uma região pouco explorada na componente sócio-cultural e, ainda, não houve estudioso algum que tenha se interessado pela investigação na área social, o que torna pertinente este estudo. Os poucos estudos até aqui efectuados abordam ao de leve a vertente social e, a maior parte está relacionada com *Manejo Comunitário* de recursos naturais. O presente estudo servirá de base teórica para estimular a opinião pública e a sociedade

⁴ ACNUR/PNUD, 1996. Perfil de desenvolvimento distrital ; faz o levantamento estatístico do distrito, informações divulgadas em 1996.

civil para implantação de projectos similares se fôr positivo ou apelar ao abandono do programa se fôr negativo.

A periodização do *Tchuma Tchatu* insere-se no espaço temporal compreendido entre os anos 1994 e actualidade. O programa teve a sua implantação na região de Bawa em 1994, posto administrativo de Chinthopo distrito de Mágoè província de Tete.

1. Problematização

O projecto *Tchuma Tchatu*, hoje programa, ultrapassou as expectativas, daí ser considerado um sucesso de referência no país e a nível internacional. A vida do *projecto* teve eco ao longo do tempo em que a Fundação Ford financiava a sua operacionalização. O Governo local e central, parceiros que sempre se beneficiaram de maior percentagem dos rendimentos, não têm demonstrado a sua contribuição e presença para minimizar as carências de ordem social no seio das comunidades.

Os resultados visíveis, são da utilização das receitas pela comunidade, um dos membros da parceria, por sinal o que tem menor percentagem na distribuição dos benefícios, pois utiliza a sua parte para a construção de escolas, postos de saúde, compra de barcos que tem sido utilizados na travessia do Zambeze, vedação eléctrica de machambas e aldeias contra ataques de animais problemáticos tais como elefantes, hipopótamos, búfalos entre outras realizações.

A região, necessita de infraestruturas de natureza social e cultural que exigem a participação do governo, porque com o fim das actividades do projecto o futuro e a sorte das Comunidades serão desastrosos. As comunidades locais fazem comparação com o projecto homólogo de CAMPFIRE no Zimbabwe, donde nasceu a ideia, cujas condições

são totalmente diferentes, pois os rendimentos retornam às comunidades para a construção de infraestruturas económicas e sócio-culturais.

Dadas as circunstâncias em que estão a ocorrer os factos no terreno ficam duvidosos os desenvolvimentos do programa, o que nos leva a algumas questões, tais como :

- No âmbito sócio cultural, o projecto tem contribuído para a mudança da mentalidade das populações que participam e se beneficiam dos recursos disponíveis com tendência para a sua exploração racional e, tem contribuído positivamente para a conservação da natureza e protecção de recursos naturais.

Se *Tchuma Tchatu* na província de Tete foi e é um sucesso piloto no uso sustentável dos recursos naturais, por isso as comunidades estão satisfeitas e receptivas para com o programa no futuro, se as populações evocam o *Tchuma Tchao*, então não estão de acordo nem receptivas com isto, estamos perante um *conflito social*, cuja origem se desconhece. Perante este facto, há necessidade de procurar saber a origem dos conflitos que é onde reside o impacto *Sócio-Cultural* do programa, onde se oculta a verdadeira face social da gestão comunitária dos recursos naturais.

Metodologia de Investigação

Para compreender a evolução do projecto no princípio e programa posteriormente quando os prazos foram alargados, assim como para a elaboração do trabalho, foram obedecidas duas fases de pesquisa conforme o plano, nomeadamente a documental e de campo.

A metodologia utilizada consistiu na recolha de informação que tem a ver com o programa junto de várias instituições nacionais e internacionais assim como a consulta da bibliografia pertinente que tem a ver com o tema. A recolha foi realizada em Maputo e Tete.

- Durante a pesquisa foi necessário confrontar documentos consultados em bibliotecas tais como a do Núcleo de Estudo e desenvolvimento de Terra, (NET), Arquivo Histórico de Moçambique (A.H.M.), União Mundial para a Conservação da Natureza (U.I.C.N.), Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (M.A.D.E.R.) Fundo das Nações Unidas para a Alimentação (F.A.O.) biblioteca da Faculdade de Letras *Tchuma Tchatu* em Tete, assim como informação oral recolhida junto das comunidades visadas que directa ou indirectamente vivem o dia a dia do programa.

Como é obvio, durante o processo surgiram dificuldades em ambas as fases. Na documental, a exiguidade de fontes escritas para a área científica escolhida foi marcante, uma vez que trabalhos de natureza similar nunca tiveram abordagem aprofundada, sobre a componente sócio-económica, pois o que mais se investigou até agora foi a componente ecológico-ambiental.

Quanto à pesquisa de campo, esta não foi fácil porque para as populações compreenderem o que era necessário, porque às vezes chegavam a confundir certas questões nas entrevistas, era necessário um aturado esforço mental para se fazer perceber. Isto deveu-se em grande medida ao fraco conhecimento da língua portuguesa. Esta realidade é também extensiva aos intérpretes utilizados.

Por outro lado, não é de descurar a dificuldade de vias de acesso e transporte para a região de estudo, pois é uma zona que dista cerca de 350Km da sede do distrito. Vezes

houve em que tivemos que usar como vias trilhos de bois e se o transporte não fosse de tração às quatro rodas e resistente não se seguiria viagem. Por exemplo, para Chinthopo, passam-se semanas sem que haja contacto entre a sede do distrito e a capital de Província.

Recensão Bibliográfica

Na análise da escassa literatura previamente seleccionada e existente sobre *Tchuma Tchatu* a que tive acesso, verifiquei que este programa constitui uma referência de sucesso no que toca à gestão comunitária e uso sustentável dos recursos naturais pelas comunidades locais o que também permitiu fazer o enquadramento teórico do assunto em foque.

Dos trabalhos realizados em volta da problemática de gestão de recursos naturais pelas comunidades locais no país e particularmente em Mágoè, há algo escrito mas não se inclui a componente social dos projectos o que à priori constitui um vazio.

Para Mágoè já se deslocaram equipas diversas de investigação para apurar perfis de desenvolvimento, para estudar a actividade pesqueira, impacto ambiental da barragem, e comportamento da fauna. Infelizmente ainda não houve pesquisa na área social, embora haja referência superficial.

Os estudos já efectuados dão grande importância à participação das comunidades nestes projectos. *Aycrig, (1998)* na sua nota informativa, começa por condenar os abusos e pilhagens ora cometidas por Piet Haugaard proprietário da Moçambique Safari, que não permitia as populações viver e caçar na área, alegadamente porque a terra lhe pertencia. Por outro lado, *Aycrig* defende a descentralização de benefícios, investimento com base

nos fundos do projecto, formação e emprego de pessoas locais. Faz menção ao início de actividades do programa *Tchuma Tchatu* em 1994.

A nível nacional, o diploma interministerial 92/95 assegurou que as comunidades e o governo compartilhassem as receitas provenientes de licenças, legalizou a canalização dos benefícios de utilização de fauna bravia e pesca na região⁵.

Para *Aycrig* localmente foram principais actividades, a organização dos conselhos de aldeias no controlo da caça furtiva planificação geral do uso da terra e distribuição dos benefícios. Admite ainda que o governo local usava parte da sua receita para manter serviços e infraestruturas, reinvestimento na área do projecto, contribuição para despesas de administração do projecto, reduzindo assim a dependência em relação a fundos de doadores. Defende, que parte dos doadores não estava interessada em subscrever o projecto, permanentemente.

Enquanto isto, *Foloma, (1998)* coordenador do programa na altura, no seu relatório de 22 de Abril de 1998 espelha de forma global o empreendimento, reporta as principais actividades desenvolvidas até a data, apresenta problemas e defende a experiência e benefícios do programa mas tudo incidindo na gestão de recursos naturais e protecção do meio ambiente,⁶ e, dizia que :

*“A implementação deste tipo de projectos tem seus constrangimentos, por exemplo a gestão de assuntos de animais problemáticos, muitas vezes constituem ponto mais sensível sobre o impacto social negativo nas comunidades quando mal conduzidos »*⁷

⁵ Maria Aycrig, fez estudos em Mágoè e Bazaruto e colheu como lições nestes dois locais onde projectos desta natureza foram implantados, o sucesso cuja base é a descentralização de benefícios, definição dos direitos da comunidade à terra e aos recursos naturais.

⁶ Foloma, 1998 num relatório fazia ver quão importante tinha sido o trabalho do *Tchuma Tchatu* para que as populações ganhassem consciência de que os recursos naturais lhes pertenciam e faziam parte de si. Ao mesmo tempo identificava os animais que abriam espaço de conflitos para os intervenientes no programa

⁷ *Ibd.*



Filimão, Mansur e Namanha, (1999) numa comunicação apresentada num Workshop Internacional que teve lugar na Gâmbia entre 26 e 30 de Abril de 1999, defendem que a experiência do *Tchuma Tchatu* era considerada como sendo envolvente no que respeita a gestão de recursos naturais baseada na comunidade local. A comunicação apresenta as bases do projecto o seu desenvolvimento até aquela altura, a sua contribuição assim como a chave do sucesso, bem como os desafios e perspectivas.

Por seu turno, *Filimão, Mangue e Magane (S/d) e (2000)*, em dois trabalhos da série sistematização realizados no programa historiam o surgimento, desenvolvimento e o estágio actual do programa. De longe fazem referência aos conselhos comunitários, participação da mulher, poder tradicional, envolvimento de curandeiros no programa, espíritos, mas sem profundidade e especificidade. No segundo número apontam os principais conflitos e problemas. Também fazem referência à actual alcunha por desagrado *Tchuma Tchawo* (riqueza deles) que alguns elementos da população evocam.

Koch, (1998) que escreveu também sobre *Tchuma tchatu*, num artigo intitulado “*As nossas florestas, a nossa fauna bravia, a nossa riqueza*”; enaltece o papel de Luís Namanha, cofundador do *Tchuma tchatu*, os passos seguidos desde o embrião ao estágio adulto do programa, que com empenho e inteligência conquistou a cooperação e convenceu a população em como a fauna bravia podia contribuir como fonte de benefícios caso fosse utilizada de forma correcta. Esclarece que *Namanha* começou por organizar as pessoas em grupos comunitários para a formação de patrulhas de modo a impedir a caça furtiva. Este autor, defende que o êxito do programa melhorou o nível de vida das populações de Bawa, criou respeito pela vida ecológica e o *sentimento de orgulho entre os Chikunda*.

Citando *Ken Wilson*, Koch refere que o progresso do *Tchuma tchatu* apresenta um desafio verdadeiramente excitante para o resto da África e do mundo. Faz menção à Sérgio Yé, Director Provincial da Agricultura e Pescas de Tete na altura, que acreditava e defendia o desenvolvimento integrado através da combinação de empreendimentos, quer fossem comerciais, como pesca desportiva, caça e turismo, pois para ele os programas complementavam-se. Igualmente, faz referência ao projecto de decreto elaborado por Foloma que mereceu aprovação do Governador da província de Tete e que foi deferido pelo Conselho de Ministros, que havia sido forjado por Namanha e colegas do programa.

Lucas, (2002) num artigo publicado no jornal "Notícias"⁸ refere que *Tchuma tchatu* está em reavaliação, enquanto que Ramos, (2002) num outro artigo do Semanário "Domingo",⁹ refere que fracassou um projecto de fama internacional.

Quer o jornal *Notícias* assim como o semanário *Domingo* referiam-se a uma entrevista com Madope, director nacional de áreas de conservação no Ministério do Turismo, que apesar de reconhecer a filosofia inicial do programa defende e insiste que o apoio financeiro externo ainda é determinante; mas o programa produziu fundos em oito anos que não foram reinvestidos na região. O assunto de fundo era a crise em que se encontrava mergulhado o programa após a cessação do financiamento da Fundação Ford.

Madope aponta ainda como origen da crise, a expansão prematura deste programa e a falta de cobertura legal das áreas posteriores. Para Madope, o envolvimento das comunidades locais no programa é a única saída assim como a reavaliação do programa.

⁸ Jornal *Notícias*, de 14 de Fevereiro de 2002

⁹ Semanário *Domingo* de 13 de Fevereiro de 2002

Como se pode notar, não foi aventada a componente social do projecto apenas se trabalhou na componente económica e ambiental. Devia-se, em nossa opinião, obedecer-se a multidisciplinaridade aquando do desenho inicial deste projecto.

Todos os autores que escreveram sobre *Tchuma tchatu* reconhecem as melhorias do programa em Mágoè mas ninguém ainda teve coragem e conseguiu apontar a origem dos conflitos sociais que estão a fragilizar o sucesso do *Tchuma tchatu* que é o destino contestado da maior percentagem dos fundos angariados pelo projecto e o não cumprimento das obrigações de dois membros da parceria, o governo e o operador privado.

Também fica claro que os donativos não darão sustentabilidade contínua, eficaz e consistente ao programa. Deve portanto, haver orientações de iniciativa local por forma a corresponder à realidade do programa, sobretudo na componente sócio cultural que deve ser conhecida e compreendida para que seja o que foi e vá para o melhor visando corresponder a dinâmica social.

Para *Namanha (1999)*, na sua tese para obtenção do grau de Mestrado, a actividade pesqueira baseada na gestão de recursos pela comunidade local especificamente pesca artesanal na albufeira de Cahora Bassa, numa área gerida pelo *Tchuma tchatu* trouxe consideráveis mudanças na vida das populações, que agora contam com empregos, retornos financeiros, o que constitui inovação na mentalidade destas.

Namanha, acredita e reconhece que *Tchuma tchatu* trouxe melhorias e defende que a actividade pesqueira baseada na gestão de recursos pela comunidade local *trouxe mudanças sociais*.

Nogueira, Teresa Sá (1997), Jornalista, visitou Bawa em Setembro de 1997, analisa e defende que *Tchuma tchatu* é um programa que alterou a vida das comunidades de Chinthopo, que já contavam com infra estruturas sociais que antes não existiam e que o cepticismo das populações contribuía para às mudanças introduzidas pelo programa, tudo porque *Tchuma tchatu* ajudou as populações a lidarem com a natureza.¹⁰

Entretanto, *Wilson Ken (1997)*, apesar de elogiar o êxito do programa *Tchuma tchatu*, acredita e defende que a vida do programa só terá sentido se os fundos daí resultantes forem reinvestidos na zona, o que não está a ser prática.

Reconhece que o programa nasceu de conflitos e que a sua sustentabilidade deve provir dos rendimentos do próprio empreendimento, pois nenhum doador financiaria eternamente o programa.¹¹

Várias comunicações à *II Conferência Nacional sobre o maneio comunitário de recursos naturais* defendem a gestão de recursos naturais e conservação da natureza pelas comunidades locais¹²

Em todos os trabalhos abordando a gestão de recursos naturais no país, e especialmente neste programa, há um vazio no geral: *-O impacto deste tipo de projectos para o desenvolvimento sócio-cultural das comunidades abrangidas*, que é para no futuro não estarem dependentes de doações e serem auto-sustentáveis, tendo como base os recursos naturais.

¹⁰ Ver revista *Moçambique* N°18 pp :22

¹¹ Ver o artigo na Revista *Moçambique*, N°18 pp :26

¹² Comunicações diversas apresentadas na II conferência Nacional sobre maneio comunitário de recursos naturais que teve lugar em Maputo entre os dias 29 de Maio e 1 de Junho de 2001 abordaram vários aspectos relacionados com a temática, mas sem referência à factores sócio culturais.

Outro aspecto a merecer atenção, é que as comunidades e os doadores exigem o reinvestimento na região com fundos resultantes das receitas do *Tchuma tchatu*, o que não está sendo notório.

Quanto à mudança de mentalidade no seio das comunidades em relação à conservação do meio ambiente, biodiversidade, gestão de recursos e parceria no seu uso sustentável, é justo afirmar que os estudos efectuados são de louvar, apesar da lacuna antes referida.

CAPÍTULO I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO DO TCHUMA TCHATHU.

Em 1994, *Tchuma tchatu* foi implantado em Bawa, no Posto Administrativo de Chinthopo, distrito de Mágoè, Província de Tete numa área com fenómenos culturais de índole diversa, tais como *inculturação e aculturação*¹³ com que *Tchuma tchatu* conviveu.

Emigrantes, população nativa operadores de turismo, enfim, vários intervenientes ficaram envolvidos neste programa.

Para o sucesso, o programa *Tchuma Tchatu* envolveu as comunidades locais, para o seu desenvolvimento. Estas comunidades, como é evidente, ficaram sujeitas a adquirir novos valores que influenciaram a sua vida *sócio-cultural*.

Para melhor compreensão, torna-se necessário conhecer alguns conceitos.

Assim, os conceitos como *comunidade, habitat, desenvolvimento comunitário*, entre outros, importantes para a compreensão do objecto de estudo serão definidos.

Numa comunicação apresentada no Workshop sobre "*Reformas legislativas e de política de terras envolvendo os utilizadores*", Chilundo e Cau, citando *Fortman e Bruce* numa análise metódica, esclarecem que definir uma comunidade não é tarefa fácil; por seu turno, Kepe (1998) citado ainda por Chilundo e Cau refere que a comunidade deve ser vista como "*unidade espacial*", "*unidade económica*" e "*como um sistema de parentesco e relações sociais*".

Ao tomar-se a comunidade como unidade espacial, pode ser dividida em casta, religião, etnicidade, género, origem geográfica e período de permanência.¹⁴

¹³ Inculturação são processos de aprendizagem através dos quais um indivíduo ou grupo assimila as concepções e as regras de vida próprias ou das comunidades a que pertencem, tornando-se participante activo e passivo. Enquanto que a aculturação refere-se à transformação cultural resultante do encontro de duas culturas.

A comunidade local é um "agrupamento" de famílias e indivíduos, vivendo numa circunscrição territorial de nível de localidade ou inferior, que visa salvaguardar interesses comuns através da protecção de áreas habitacionais, agrícolas sejam cultivadas ou em pousio, florestas, sítios de importância cultural, pastagens, fontes de água e áreas de expansão.¹⁵ Consequentemente, esta comunidade deve ter um *habitat*, que contém dimensões políticas económicas e culturais, o que pode ser concebido, em consequência, como um produto complexo.

Habitat seria, portanto, um produto ou sistema sócio-espacial de relações entre os diferentes conjuntos de elementos que integram uma formação social ou uma comunidade, tais como:

- O espaço físico e ecológico, suporte dos recursos naturais, como a terra para agricultura, a floresta para a caça ou a colecta, as fontes de água, etc.
- A população humana, adaptada biológica e socialmente ao espaço que lhe serve de base para exercer as suas funções de produção e de reprodução.
- As diferentes práticas *sociais, económicas, políticas e culturais* que uma comunidade desenvolve, gerando a sua própria identidade.¹⁶

Sejam eles divergentes ou não, estes dois conceitos *comunidade e habitat* tem algo em comum ou que os relaciona porquanto definidos como meios de convívio sócio-económico e cultural. Para tal, fica claro que *habitat* é o resultado de um processo organizado a partir das relações que se estabelecem necessariamente entre uma formação social e o seu território, entre a organização do espaço e a organização

¹⁴ Fortman e Bruce, 1998, citados por Chilundo e Cau no Workshop sobre "Reformas Legislativas e de políticas de terras envolvendo os utilizadores 12 e 13 de Nov 1999.

¹⁵ Lei de terra Nº19/97 de 1 de Outubro, pp.1.

¹⁶ Casal, 1996:21

social ; é o espaço ocupado, produzido e organizado pela sociedade, por um grupo social. Possuir um espaço, pertencer a um território é uma necessidade vital, social e cultural.¹⁷ Casal (1996) defende que as comunidades locais ou rurais acumulam experiências face aos constrangimentos espaciais e ecológicos, ao mesmo tempo que descobrem as suas potencialidades e desenvolvem estratégias para ultrapassar os condicionalismos e beneficiar dos recursos postos ao seu dispôr. O *habitat* como espaço humano é um produto social, exprime relações determinadas.

Citando ainda Casal (1996), a compreensão da organização espacial e territorial de uma *comunidade rural*, passa necessariamente pela compreensão e estudo da rede de relações sociais que caracterizam essa comunidade.(Casal,1996 :22)

Ao falarmos de *Tchuma tchatu* estamos a falar de um programa de gestão de recursos naturais pela comunidade. A região onde se implantou este programa, antes a população tinha uma vida e cultura materiais naturais, onde as comunidades locais tem seus costumes, seu habitat, sua tradição, suas religiões, sua maneira de tratar o próximo e seus mortos. Os conceitos acima, tornaram-se uma realidade o que tem estreita relação com as comunidades de Chinthopo. Logo o habitat é um produto social.

Neste estudo, o importante é perceber uma comunidade rural, cuja cultura material é a agricultura, caça, ritos tradicionais, veneração de seus mortos, coabitação entre homens e outros actores naturais. Por outro lado, a vinda do *Tchuma tchatu* tem a ver com o aproveitamento dos recursos para o desenvolvimento das comunidades.

¹⁷ Ibid.

Esta mudança de atitude das comunidades em relação à natureza revela uma inovação de seus hábitos. As práticas culturais sofreram uma miscigenação ao longo do processo; as religiões protestantes vieram de territórios vizinhos, os caçadores furtivos vinham de fora, apareceram migrantes para adquirir peixe, apareceram turistas para caçar o elefante, o búfalo, e o leão, começaram a afluir na zona estrangeiros, etc. Hoje em dia este convívio é uma prática que não se deve recusar. O programa *Tchuma tchatu* já implantado, procurou adequar as suas políticas à cultura material da região visando a sua concordância. Portanto, a população adquiriu novos valores culturais e sociais, aprendeu a conviver com um adversário e abriu-se espaço para uma parceria. É por isso que são de aceitar as mudanças ocorridas na região gerida pelo programa *Tchuma tchatu* porque na verdade houve introdução de novos valores no seio das comunidades. Houve aculturação, deculturação, inculturação e inovação do tradicional.

Após a definição dos conceitos de *aculturação*, *deculturação*, *inculturação*, *comunidade* e *habitat*, entre si interrelacionados e tendo em conta que *Tchuma tchatu* tem a ver com a relação entre seres humanos e meio ecológico por um lado e sustentabilidade, desenvolvimento das comunidades locais, bem como a protecção do meio ambiente por outro e ainda parceria entre o governo, comunidades locais e operadores privados, por outro, urge a necessidade de compreender a sua relação com o *desenvolvimento comunitário* como conceito no contexto africano.

Desenvolvimento comunitário é a conjugação de esforços dos habitantes e do poder público e tem se estado a discutir há pouco mais de 10 anos (Cancelas, 1972)

Por a receptividade da população ser crucial para que haja desenvolvimento comunitário é imperioso que se criem condições para que ela seja péviamente preparada.

Apesar de parecer paradoxal, isto se explica pelo simples facto de que quando se procura a receptividade da população põe se em jogo processos *sócio-psicológicos* e, uma vez conseguida essa receptividade no seio da população, é quando se torna realidade o *desenvolvimento comunitário*.

A receptividade da população é determinante para o sucesso deste tipo de projectos rurais e aos trabalhos que se pretendem realizar.¹⁸

No presente estudo, onde a tónica são os seres humanos e meio ambiente, estes homens vivem em sociedades, susceptíveis a vários fenómenos, que podem ser naturais, sociais, políticos entre outros.

Para compreender a interdependência entre eles, vamos determo-nos para breve inserção em factores de ordem cultural que no *Tchuma tchatu* já são uma realidade.

Assim, para Bernardi (1985) a *cultura* configura-se como resultado da fusão ou síntese de interações de quatro factores, nomeadamente o *indivíduo*, *os povos*, *o ambiente* e *o tempo* donde se retira o seu carácter dinâmico, sem porém excluir a *tradição* e a *inovação* que são fenómenos determinantes do conceito de *cultura*

No Distrito de Mágoè, onde se implantou *Tchuma tchatu*, com destaque para Bawa, posto administrativo de Chinthopo onde se centra o presente estudo, a maioria da população professa religiões tradicionais africanas. Porém, existem católicos e

¹⁸ Cancelas, 1972:132.

simpatizantes de religiões novas, aprendidas nos territórios vizinhos para onde a população emigrava a procura de trabalho¹⁹.

Das religiões introduzidas a partir destes territórios, destaca-se a "Watch-Tower" cuja prática foi interdita pelo governo colonial, devido à sua forte inserção social na região. O relatório de Manuel Metelo (1956) recomendava a intensificação do seu combate porquanto podia trazer graves complicações à soberania Portuguesa colonial.²⁰ Até 1956, a tradição migratória já estava enraizada na região de Mágoè.

Nesta breve exemplificação e comparação de factos, verificamos que a *tradição e a inovação* acompanham a evolução social de qualquer comunidade. Sendo assim, os dois momentos que são o inovador e o tradicional sobrepõem-se da mesma forma que as duas realidades, o que quer dizer que o individual e o social se entrelaçam entre si.²¹

Se uma comunidade tem tradições que podem estar sujeitas à inovação, logicamente não é de estranhar que também estejam expostos a fenómenos de cultura.

Isto, revela-se através de estímulos que derivam do contacto com os outros, das relações de associação, intercambio social, aspectos que entram no conceito específico de *Socialização*, que são parte integrante do *conceito antropológico* de *Inculturação*.²²

Tchuma tchatu, tem estreita relação com as comunidades rurais de Mágoè, consequentemente suas manifestações sociais, económicas e culturais estão inclusas.

Após a implantação do *Tchuma tchatu* este tornou-se num moderador do braço de ferro que existia entre as comunidades e Piet Hougaard, operador privado em Bawa, pois entre eles havia rivalidades.

¹⁹ As religiões em alusão provenientes dos territórios vizinhos da Rodésia do Norte e Rodésia do sul constituem uma das heranças coloniais na região, tais como a *Watch tower*.

²⁰ AHM, 1956:55

²¹ Bernardi, 1985:11

De adversários por causa de recursos faunísticos, piscatórios e florestais para relações de parceria e cooperação.

Relacionando os conceitos anteriores, o enquadramento do *Tchuma tchatu* seria a sua inserção harmoniosa, na busca de participação comunitária para a gestão de recursos naturais, com vista a mudar a mentalidade da população em relação ao meio circundante e suas manifestações *sócio-culturais*.

Em relação à inovação do tradicional, destaque vai para a emancipação da mulher da região, que no *Tchuma tchatu* passou a desenvolver actividades tal como os homens, nalguns casos tomando a dianteira o que constitui mudança radical e um triunfo do programa junto das comunidades, assim como o cruzamento de modelos científicos e tradicionais.

Na aldeia de Nhanchenje, a senhora Angelina dizia : "*pedimos vedação contra elefantes... aqui em Nhanchenje existem mulheres que fazem parte dos conselhos comunitários, cerca de três...*"²³

A vedação de machambas e a participação das mulheres na tomada de decisões públicas não era hábito nas comunidades rurais de Chinthopo. Hoje virou prática e exigência na região em estudo.

Tendo em conta que o estudo versa sobre um programa situado em Bawa posto administrativo de Chinthopo distrito de Mágoè, é necessário conhecer a breve história da região, o que passo a desenvolver no capítulo seguinte.

²² Bernardi, 1985:12

²³ Angelina Chimbuali em entrevista na aldeia de Nhanchenje uma das aldeias abrangidas pelo programa, no dia 9 de Abril de 2002.

CAPÍTULO II- MÁGOÈ, DAS ORIGENS AO TCHUMA TCHATHU

II.1 Localização Geográfica

O posto administrativo de Chinthopo pertence ao distrito de Mágoè, Província de Tete, situando-se a aproximadamente 550KM da cidade capital desta. É no posto administrativo de Chinthopo onde se localiza Bawa área que se instalou *Tchuma tchatu* objecto de estudo no presente trabalho. Mágoè situa-se ao Sul da albufeira de Cahora Bassa, a leste faz fronteira com o distrito do mesmo nome ; a Ocidente com a Zâmbia e Zimbabwe a Sul. O distrito de Mágoè tem actualmente uma superfície de cerca de 8.697Km² e uma população estimada em cerca 45.414 habitantes²⁴ e uma densidade populacional de 5hab/Km²⁵

II.2 Breve História Sócio-Económica da região.

No processo da sua formação, Mágoè passou por várias fases, tais como a criação da circunscrição de Chicoa em 1924 que originou mais tarde a criação do posto administrativo de Mágoè²⁶ que, em 1942 passaria a pertencer à circunscrição de Zumbo²⁷.

Em 1957, o posto administrativo de Mágoè é substituído pela nova circunscrição de Mágoè que anexou o Posto Administrativo de Chicoa desanexado da circunscrição de

²⁴ ACNUR/PNUD, 1996. Perfil de desenvolvimento distrital ; faz o levantamento estatístico do distrito, informações divulgadas em 1996.

²⁵ Ibd

²⁶ Conforme portaria N°702, Boletim Oficial (B.O.) 18/1924

²⁷ Portaria N°4941, B.O. 49/1942.

Marávia.²⁸ Em 1960, foi criado o posto administrativo de Cahora Bassa em área desanexada do posto administrativo de Chicóia²⁹.

Em 1970, com a criação da nova circunscrição de Cahora Bassa o posto administrativo de Chicóia foi desanexado da área de circunscrição de Mágoè.³⁰ Mais tarde, no período pós independência, a resolução N°7/86 de 25 de Julho de 1986³¹ transferiu o posto administrativo de Chinthopo do distrito de Zumbo para o de Mágoè.

Em termos etno-históricos, o distrito de Mágoé é ocupado pelos povos do vale do Zambeze. Para além de duas organizações sócio-culturais distintas, (*matriarcais* do Norte e *patriarcais* do Sul), foi a fusão cultural de povos africanos com indonésios, persas, árabes e portugueses no processo de penetração mercantil destes últimos que misturou os povos africanos que habitam o vale do Zambeze e que hoje apresentam intensa aculturação fruto da sua ancestral relação comercial com outros povos. Daí a importância dada ao comércio entre o centro e a Costa Oriental de África³².

No Baixo Zambeze, predomina o grupo *Chikunda* com manifestações diversas e consciência de identidade étnica, porque outrora constituiu expressão máxima desta atitude a reacção violenta a quem tentasse afastar qualquer membro da companhia sem autorização do *Mukazambo*. Tradicionalmente, os *chikunda* estão sempre dispostos a lutar por direitos e segurança comuns. (Dias,1981; Rita Ferreira, S/d)

Etnograficamente, não há homogeneidade entre os povos do distrito atendendo que a maioria pertence ao complexo do baixo Zambeze onde dominam os *Tawara*,

²⁸ Portaria N°11932, B.O. 13/1957.

²⁹ Portaria N°21918, B.O. 10/1969.

³⁰ Portaria N°23183, B.O. 43/1970. A.H.M., ISANI, 1956 :Cxa 61. Relatório da inspecção ordinária da circunscrição do Zumbo, 25 de Julho a 15 de Agosto de 1956.

³¹ Conselho de Ministros, 1986: 109: Divisão territorial, leis e resoluções aprovadas pela A.P.

³² Dias, 1981:148. Breve história da constituição de Mágoè, glossário toponímico e histórico administrativo geográfico e etnográfico-Moçambique.

Doma, e *Chikunda*, para além da influência do grupo Chona, tal é o caso dos *Zezuro* e *Agoa*.³³

Em 1917, por exemplo, acontece a revolta do Báruè, a qual conduziu a substituição do comando militar pela administração civil forçada pela revolta "indígena" na região de Mágoè, levada a cabo por povos *tawara*, consequência da violência provocada pelos arrendatários dos prazos, assim como devido ao recrutamento de "nativos" para o serviço militar³⁴.

Ainda, na segunda metade do Séc. XIX, os *Chikunda* emergiram como uma das principais forças políticas da África Austral e Central e as actividades politico-militares deste grupo eram bem estruturadas, o que fez com que o seu poder se sentisse na região.³⁵

A marginalização da região de Mágoè assim como a desigualdade no desenvolvimento social em relação ao resto da província remonta desde o período anterior a 1950 e na altura a região já era densamente povoada e nunca se priorizou a construção de escolas e hospitais o que deixou reflexos sociais negativos até aos nossos dias.³⁶

Em relação à actividade económica, é tradição das populações locais de Mágoè, a prática de agricultura de sequeiro, pecuária e pesca artesanal. Segundo Metelo (1956), a agricultura era praticada pela população nativa. Esta agricultura familiar servia para a satisfação do auto-consumo doméstico e o excedente é que se vendia. Geralmente, o excedente era vendido nos territórios vizinhos, onde se pagava melhor por ser menos

³³ Dias, 1981:148-49.

Rita Ferreira, 1975 : Caracterização Histórico étnico dos povos que habitam actualmente o vale do Zambeze o que é extensivo às actuais populações que habitam o Distrito de Mágoè Sul da Albufeira de Cahora Bassa.

³⁴ AHM, Fundo ISANI, Cx 61, 1956.

³⁵ *Ibd*

dispendioso o seu transporte para as feiras comerciais. Na agricultura do sector familiar eram principais culturas- o milho, a mapira, maxoeira, batata-doce, feijão cafre (Nhemba) amendoim, arroz e mandioca

Embora haja condições agro-climáticas para o desenvolvimento de culturas de rendimento, a ausência de incentivos impediu que ela se praticasse.

A actividade pecuária era muito limitada devido à infestação de *glossimas* na maior parte da região.³⁷

Para além das actividades económicas tradicionais que acabei de fazer referência, o rio Zambeze joga papel de vital importância, pois tem servido como meio de comunicação fluvial, tanto como os seus afluentes que são bastante ricos em peixe e crocodilos, riqueza explorada só pelas comunidades locais. Não existe qualquer actividade industrial.

Ainda em 1956, a actual região ocidental de Mágoè já era considerada rica em fauna e predominava a caça ao elefante, hipopótamo, búfalo e toda a espécie de antílope. Na mesma altura, a área já era frequentemente visitada por turistas dos territórios vizinhos das então Rhodésias o que revela a existência de uma fauna rica.³⁸ Mas a área nunca foi declarada coutada³⁹.

Por causa desta lacuna, porque a área não era coutada e, depois de muito tempo, quando um grupo de estudantes pertencentes aos serviços provinciais de floresta e fauna bravia chega à Bawa nos princípios dos anos noventa para o estudo ecológico da população de elefantes na região, são identificadas as potencialidades faunísticas da

³⁶ A.H.M., Fundo ISANI, 1956 Cx 61, Uma breve caracterização Sócio Cultural da região de Mágoè, conforme o Relatório da Inspeção Ordinária da Circunscrição do Zumbo

³⁷ Ibd

³⁸ A.H.M., ISANI, Cx 61.

região e propõe-se a implantação de um projecto piloto de manejo comunitário de recursos faunísticos o que se concretizou, facilitado pela Fundação Ford, uma ONG de origem americana, em parceria com a WWF e outras instituições amigas da natureza que mostraram interesse pelo projecto.

Vejamos seguidamente de forma breve como é que as ONG,s se enquadram e participam no desenvolvimento sócio-cultural da província de Tete.

II.3. As ONG's na Província de Tete

Conforme o historial dos acontecimentos, desde a criação do posto administrativo de Mágoè em 1957 à criação do distrito de Mágoè em 1986, esta evolução territorial vem testemunhar o culminar de um longo processo que abriu espaço para a criação de um projecto de grandes proporções que marcou a vida das populações locais nos últimos anos. Portanto, desde o período colonial, as populações vem desenvolvendo a caça e várias outras actividades de natureza económica e sócio-culturais para além de diversas guerras que dilaceraram a região.

Na década sessenta iniciou a luta armada de libertação nacional que levou o país à independência em 1975 e Mágoè não foi uma ilha face ao acontecimento. Pouco tempo depois, em Março de 1976, começaram as agressões Rodesianas e mais uma vez o distrito foi vítima.

Quando o território da Rodésia do Sul, hoje Zimbábwe, ascende à independência em Abril de 1980, o cenário muda e o país é mergulhado numa guerra civil liderada pela Renamo, que só termina em 1992 com o AGP (Acordo Geral de Paz).

³⁹ Extracto de entrevista com Namanha, co-fundador do Tchuma Tchatu, Março de 2002.

É no desenrolar desta última guerra, aliada às calamidades naturais, que surgem as primeiras ONG's cuja missão era apoiar as populações vítimas da guerra e das calamidades assim como para mitigar o seu sofrimento. Estas ONG's em função das condições concretas no terreno, foram paulatinamente mudando de áreas de actuação.

Na província de Tete, após consulta efectuada ao directório das ONG's elaborado pela LINK, Fórum das ONG's, operavam 22 organizações,⁴⁰ cuja maioria está vocacionada a assuntos de índole social e de natureza ambiental.

Embora não apareça no directório, a Fundação Ford foi a que encorajou a implantação do projecto *Tchuma tchatu* podendo ser considerada a maior financiadora até 2001.

A Associação Dégue-Boroma participou na promoção de cursos para gestores e fiscais comunitários do projecto.⁴¹

As ONG's no geral têm jogado papel importante para o desenvolvimento social das comunidades rurais assim como urbanas, variando sua participação de região para outra. Em relação ao distrito de Mágoè, para além da Fundação Ford pelo menos em 1996, operavam as seguintes ONG's :

- Conselho Cristão de Moçambique (CCM) e,
- Marinheiros sem Fronteiras.(MARSF)

Elas têm tido aceitação no seio das comunidades rurais, pois, antes da assinatura do (AGP) em 1992, a sua atenção estava virada para acções de emergência a favor de populações deslocadas e vítimas das calamidades naturais. Após a assinatura do AGP, a 4 de Outubro de 1992, o cenário mudou e começaram a actuar para acções de

⁴⁰ Informação de Junho de 2001.

⁴¹Filimão, Mangue e Magane, 2000 em Série Sistematização-Doc. N.º2

desenvolvimento multisectorial como as conhecemos hoje. É quando em 1994 aparece a Fundação Ford em parceria com outras instituições ligadas à conservação da natureza para financiar o projeto de manejo comunitário dos recursos naturais em Bawa no distrito de Mágoè, que foi baptizado com o nome de *Tchuma Tchatu*.

Em suma, as ONG's na província de Tete operam como promotores do desenvolvimento económico e sócio-cultural, na perspectiva de melhorar a vida das populações locais, reduzir a pobreza absoluta constituindo sua contribuição pós-conflito. Entretanto, segundo o coordenador do Forum das ONG's em Tete, Gervásio Fabião Chissipo, actualmente estão inscritas na província 60 (sessenta) organizações⁴².

II.4. História e Estratégia do Tchuma Tchatu

Em 1994, quando chega a Bawa uma delegação da SPFFB (Serviços Provinciais de Florestas e Fauna Bravia) para sensibilizar as populações, estava a nascer na província de Tete um projecto piloto de manejo e utilização dos recursos naturais envolvendo comunidades locais. As obras de implantação do *Tchuma tchatu* no posto administrativo de Chinthopo com sede em Bawa, distrito de Mágoè, começaram em Outubro de 1994 quando Luís Namanha chegou à confluência dos rios Zambeze e Luangua, para criar um acampamento turístico. Este projecto aparece como solução alternativa aos conflitos surgidos entre Piet Haugaard operador privado na região e as comunidades locais pela utilização dos recursos de fauna desde 1988, pois este operador inerditava as

⁴² Entrevista em Tete com Gervásio Fabião Chissipo, 17 de Abril de 2002.

comunidades de praticar qualquer actividade na zona, torturava as populações alegando que a terra lhe pertencia.⁴³

A região de Bawa é considerada núcleo do *Tchuma tchatu* porque em 1987 o governo central autorizou a ocupação da região pela "Moçambique Safari."⁴⁴ É exactamente nesta área onde viriam a eclodir conflitos sociais que motivaram a implantação do projecto.

A área não era e nunca tinha sido declarada "Coutada"⁴⁵, esta foi a chance para o núcleo do *Tchuma tchatu*.

Namanha era fiscal da DNFFB e gestor do projecto *Tchuma tchatu*, o que em língua *Chikunda* significa "nossa riqueza".⁴⁶ *Tchuma tchatu*, projecto no princípio e programa posteriormente, teve como objectivo e filosofia inicial a resolução dum conflito entre as comunidades locais de Bawa e Piet Haugaard operador privado de turismo, ora autorizado pelo governo central, assim como para apoiar o desenvolvimento de um programa piloto de gestão dos recursos naturais em Moçambique cuja experiência se inspirou no CAMPFIRE do Zimbábwe e do ADMADE da Zâmbia.⁴⁷

Quanto ao meio rural moçambicano, no geral, corresponde a um meio ecológico onde os recursos florestais e faunísticos revestem de especial importância necessários para a conservação e correcta exploração. Trata-se de recursos renováveis razão pela qual o conceito "desenvolvimento rural" se integrou nos sectores agrícola, pecuário florestal e faunístico.

⁴³ Namanha, Mansur, Filimão, 1999. Foloma, 1998.

⁴⁴ Moçambique Safari é uma empresa privada pertencente a um empresário sul africano, ido do Zimbábwe.

⁴⁵ Entrevista com Luís Namanha em Tete coo-fundador do *Tchuma tchatu*, no dia 20 de março de 2002.

⁴⁶ Koch, 1998:12-15.

⁴⁷ Pelo historial dá para perceber a vocação inicial deste projecto que era social embora se dê maior impacto ao turismo e protecção do meio ambiente que é salutar, pois esta natureza inclui o próprio homem que destrói e dela faz uso, o que exige também sua protecção.

A transformação da relação *comunidades para com o meio ambiente* para o cumprimento de objectivos e políticas de desenvolvimento florestal e faunístico exigiria a utilização de técnicas e instrumentos de comunicação social. Essa acção de massas deve incidir em organizações de base tais como escolas e comunidades no geral não se excluindo a troca de experiência entre estes e vários outros sectores da sociedade, para difundir as políticas sobre o manejo comunitário dos recursos naturais assim como as políticas de conservação do meio ambiente.⁴⁸

As comunidades de Bawa estavam no seu habitat onde seus ancestrais sempre habitaram, quando Piet Hougrd se instala e interdita as populações de penetrarem na área coercivamente aplicando torturas físicas alegando estar a desencorajar a caça furtiva. Este procedimento, contribuiu para a degradação das condições sociais da população e consequentemente a deterioração das relações entre estas e o operador privado.

Implantado o *Tchuma Tchatu*, a euforia e expectativa popular e institucional era maior, pois esperava-se deste empreendimento e desta parceria uma rápida melhoria de condições de vida e com o envolvimento das partes esperava-se escolas melhoradas, hospitais, estradas, água potável entre outras benfeitorias.

Com o sucesso de Bawa a motivação das populações cresceu e, com o envolvimento comunitário, surge a unidade de Daque em 1997 como réplica da primeira, o que ecoou por todos os quadrantes conforme se acompanhou em meios académicos, foruns científicos, turísticos e ambientais.

Nesta segunda unidade deu-se prioridade e oportunidade para a fauna e pesca. Estavam visíveis as primeiras intensões do *Tchuma tchatu*, que eram a protecção da

⁴⁸ Dittbon, 1979: 2 e 10. Num trabalho para a FAO, enaltecia a necessidade de educação das comunidades para a conservação da natureza e recursos renováveis usando para o efeito meios de comunicação social em

natureza e promoção do turismo cinegético, bem como outras actividades de carácter social.

Obedecendo o cruzamento de modelos, o projecto devia prever e intercalar com objectivos sociais, o que permitiria a sustentabilidade ulterior, apesar da extensão prematura para Daque.⁴⁹

II.5 Organização do Tchuma Tchatu.

Tchuma Tchatu foi inicialmente concebido como um projecto de gestão e maneiio de recursos naturais baseado nas comunidades locais. Mais tarde, dada a expansão e maior abrangência para além do prolongamento do período previsto do projecto, este passou para programa de maneiio comunitário de recursos raturais.

Tchuma tchatu, segundo Foloma (1998), surgiu para responder à preocupação de melhorar a gestão dos recursos naturais, nomeadamente fauna, florestas, pesca entre outros recursos, através da sua utilização racional, integrando as comunidades locais. Este programa reflete uma mudança radical de filosofia a qual se baseia na utilização sustentada dos recursos naturais com participação activa das comunidades locais através da intervenção do sector privado como investidor.

Em termos de organização, Filimão, Mangue e Magane (2000)⁵⁰ consideram e reconhecem *Tchuma tchatu* como uma repartição dos Serviços Provinciais de Florestas e

todas as areas.

⁴⁹ Ramos e Mavuie nos extractos de uma entrevista a Madope, Co-fundador do projecto *Tchuma tchatu* entrevista intitulada por "*Tchuma tchatu* em reavaliação"

⁵⁰ Tchuma Tchatu: Os prazeres, os Pesares e as ambiguidades de uma experiência de maneiio Comunitário dos recursos naturais em Moçambique, Série Sistematização, Doc N°2 pp4

Fauna Bravia (SPFFB). Bawa e Daque subdividem-se em Fiscalização e pesquisa, administração e desenvolvimento comunitário.

De forma resumida é pois esta a organização ou estrutura do *Tchuma tchatu*, visando responder os ensejos e problemas que enfermam as comunidades abrangidas pelo programa que simultaneamente serve de elo de ligação entre as comunidades e o governo.

II.6 Beneficiários do Tchuma Tchatu.

Neste programa, para além das comunidades, são beneficiários o governo local e central, assim como operadores privados. Para as comunidades, os benefícios de ordem material foram a aquisição das moagens, a construção das barracas e o dinheiro em numerário assim como o arame electrificado para a vedação, etc.

Em termos organizacionais, foi a constituição dos conselhos comunitários e em termos ambientais, a conservação da fauna bravia. Enquanto isto, para o sector privado o esforço para a fiscalização é menor, maior credibilidade e maior rendimento.⁵¹

Nesta breve caracterização do programa Tchuma tchatu, estão visíveis as suas inovações, que são de ordem ambiental, económica, social e cultural que constituem mudanças entre o período anterior e o pós implantação do Tchuma tchatu, o que passamos a desenvolver no capítulo seguinte.

CAPÍTULO –III. PRINCIPAIS MUDANÇAS, IMPACTO.

Neste capítulo, a atenção vai centrar-se fundamentalmente nas principais mudanças após a implantação do programa *Tchuma tchatu* concretamente sócio-económicas, sócio-culturais, entre outras.

Há que observar que projectos de gestão de recursos naturais tendem a concentrar-se principalmente nos aspectos biológicos e das ciências naturais, no entanto este enfoque tende a levar para uma falta de atenção em assuntos sociais que são muitas vezes factores chave no sucesso dos projectos.⁵²

A opinião de um sociólogo em locais onde se implantam programas de manejo comunitário é preponderante, muito embora em vários casos se deixe para o último plano, por motivos financeiros fundamentalmente.

Desde a educação ambiental, ensino de técnicas agrícolas melhoradas assim como importância da conservação dos recursos, são aspectos que devem iniciar a nível do ensino primário.

Diga-se que a formação de conselhos de gestão comunitária de recursos naturais que funcionam como instituições locais de gestão de recursos naturais em coordenação com representantes do governo local, instituições tradicionais, o reconhecimento oficial do papel dos espíritos na gestão dos recursos naturais, o processo de descentralização na

⁵¹ Filimão e outros, 2000:15 e Foloma, 1998:4

⁵² Aycrig, 1998: 11

tomada de decisões, constituem mudanças de relevo para além da promoção de emprego para alguns elementos da população na zona.⁵³

III.1 Tchuma tchatu e a organização social das comunidades

Após a implantação do *Tchuma tchatu* no Posto Administrativo do Chinthopo, várias foram as mudanças operadas, tais como as de ordem, ambiental, económica, organizacional e social, incluindo mudanças no comportamento das populações.

Desde a instalação do programa, foram criados seis conselhos comunitários de conservação dos recursos naturais em seis povoados diferentes.⁵⁴ Filimão e outros (2000)⁵⁵ referem que a constituição dos conselhos comunitários reveste-se de maior importância e foi iniciada 1995, meses depois do início de actividades do projecto.

Antes da implantação do *Tchuma tchatu*, as populações estavam organizadas desde o Posto Administrativo, em aldeias comunais e Grupos Dinamizadores que haviam sido introduzidos logo após a Independência Nacional. Porém, com a chegada do *Tchuma tchatu* os régulos que tinham perdido autoridade logo após a independência, passaram a ter um papel e foram reconhecidos, foram criados e introduzidos os conselhos comunitários que passaram a fazer parte da estrutura local. Isto porque a estrutura social pós independência instituiu os grupos dinamizadores e em contrapartida os régulos haviam perdido a autoridade tradicional o que tem a ver com ritos e cerimónias, com muito impacto nas comunidades. Na busca de harmonia para o bem social das

⁵³ Tiago Félix Lidimba, na sua informação sobre "Antecedents e sucesso do Programa *Tchuma tchato* ao momento actual" secunda à Aycrig na importância da educação para a conservação dos recursos naturais assim como a renovação de estruturas de base que coadunam com a filosofia, de 17 de Junho de 2001.

⁵⁴ Filimão e outros, 2000:15 e Foloma, 1998:4-6.

populações, quando é implantado, *Tchuma Tchatu* avaliou-se a situação e concluiu-se que de costas viradas nada estava feito para corresponder à filosofia do programa, pois a rivalidade só contribuía para dizimar a fauna.

Na busca de entendimento e concenso é quando a chefia do programa opta por juntar estes grupos de actores sociais e introduz o cruzamento de métodos. Na nova estrutura introduzida, passaram a constituir os conselhos comunitários o Presidente, o Vice-Presidente, o secretário, o tesoureiro, o administrativo, o responsável de cultura e desportos mais um suplente da comunidade, perfazendo um total que varia de 6 a 7 membros.

O conselho comunitário, conforme os responsáveis locais do programa, tem como funções, representar a comunidade servindo de elo de ligação entre este e o programa.

Estes grupos têm como papel a sensibilização sobre aspectos ecológicos e tomada de decisão sobre a utilização de fundos resultantes dos licenciamentos e das apreensões em multas. Para membros de conselhos, cujo inserção na hierarquia social tem sido criteriosa, após a implantação do *Tchuma tchatu* estes ficaram ordenados da seguinte forma :

No topo está o *nvula* (*muzimu-espírito de leão*) a quem se focalizam soluções de problemas de natureza espiritual por causa das cerimónias que dirige, assim como questões ligadas a fertilidade da terra para pedir chuva e afastar secas.⁵⁶ O *nvula* assume adicionalmente as funções de conselheiro dos conselhos comunitários.

⁵⁵ *Ibd.*

⁵⁶ Valente chefe da unidade de Bawa no seu relatório de Abril e Maio de 2000 reconhece a parceria na solução de problemas comuns entre comunidades locais, Governo local assim como espíritos protectores de recursos naturais.

Seguidamente, está o secretário do Bairro a quem se incumbe a gestão do recurso terra, repartindo-a pelos interessados e mais adiante estão os membros do conselho comunitário que deliberam e tomam decisões no âmbito do maneio comunitário dos recursos sobretudo dinheiro amealhado, conduta dos fiscais, queimadas, para além da circulação de informação técnica de e para as comunidades.

III.2 No âmbito de organização social

Localmente, foram principais actividades segundo Aycrig, a organização de conselhos de aldeias com membros eleitos que agiriam como representantes da comunidade, e seriam igualmente responsáveis pelo controlo da caça furtiva, planificação do uso da terra e distribuição dos benefícios. Na maioria dos casos o chefe e o médico tradicional foram eleitos para o conselho, e metade dos membros são mulheres⁵⁷

A utilização de pessoal local, oferece benefício directo ao indivíduo, como é o caso de emprego o que ajuda a mitigar a pressão sobre os recursos naturais. Isto é o resultado da boa vontade e excelente comunicação entre as comunidades e o pessoal do projecto. Também é importante compreender a hierarquia social local, dada a evolução histórica de Moçambique nos últimos anos que consiste na reactivação das estruturas tradicionais.

Com base neste pressuposto, no terreno, as populações tem iniciativas e ideias de micro-projectos para o desenvolvimento da região, o que não tem sido possível pois tudo só se pode realizar quando planificado e aprovado em Maputo, mesmo com as receitas do

⁵⁷ Mudança no papel social da mulher junto das comunidades; já não só tem tarefa doméstica como também é igual ao homem na resolução de problemas da comunidade.

programa, o que de certo modo limita as comunidades. Porque, os grandes projectos com financiamentos centrais sufocam os micro-projectos locais o impacto é visto como que se inibesse iniciativas locais sobre o plano final do programa.⁵⁸

Os primeiros benefícios em dinheiro só chegaram a Bawa em 1996, quando a comunidade recebeu o valor de 125.000.000,00Mt (cento e vinte e cinco milhões de meticais)⁵⁹. Era a primeira vez que a população via dinheiro físico que chegava até si, como resultado da mudança na utilização dos recursos naturais.

O governo distrital de Mágoè, para as suas despesas passou a utilizar receitas do *Tchuma tchatu*. Por exemplo, em 1996, recebeu 84.138.000,00Mt (oitenta e quatro milhões cento e trinta e oito mil meticais⁶⁰, para manter os serviços e infraestruturas que estão a seu cargo para os quais não tinha recursos⁶¹. Segundo o acordo com o governo local a receita proveniente do projecto devia ser reinvestida na área do projecto sob forma de escolas, postos de saúde, abertura de estradas entre outro tipo de infraestruturas sociais.

Estes encargos não deviam ser suportados pela comunidade. Até agora, ainda não são visíveis infraestruturas erguidas com os fundos alocados ao governo local e central. Para além disso, parte das receitas do governo local devem contribuir para as despesas administrativas e operacionais para a sustentabilidade do projecto reduzindo substancialmente a dependência de fundos de doadores.

Apesar de ligeira melhoria, a relação entre *Piet Hougaard* operador privado e as comunidades ainda não é boa por este não ter cumprido maior parte dos compromissos

⁵⁸ As iniciativas locais não são valorizadas para o desenvolvimento das comunidades locais.

⁵⁹ Série sistematização, doc N°2, pp17

⁶⁰ Ibd

⁶¹ Ver tabela de distribuição da receita do *Tchuma tchatu*, anexo 2.

assumidos aquando do acordo de parceria. Não obstante *Tchuma tchatu* é reconhecido pelo governo e comunidades locais como agente de mudança social na região.

Actualmente, na área do projecto existem: - O Conselho superior, o Conselho local, membros chaves e espíritos tradicionais.⁶²

III.3 No âmbito económico

As populações passaram a ter uma actividade económica mais diversificada para a sua vida, assim como para a angariação de receitas. Para além da agricultura, pesca e caça, o turismo, comércio informal (bancas) etc, passaram a fazer parte da sua actividade económica

O turismo quando surgiu, passou a ser fonte de receita, actividade de realce na região, mudando o comportamento económico. As moageiras começaram a gerar fundos e a pesca artesanal deixou de ser só para o consumo como também para a venda. Porque com o enchimento da albufeira de Cahora Bassa, as técnicas para a pesca melhoraram a qualidade do peixe melhorou, a quantidade subiu o que levou a que Moçambicanos de zonas distantes afluíssem à região. Paralelamente, Zambianos e zimbabweanos também começaram a frequentar a zona gerida pelo *Tchuma tchatu* a procura de peixe, para trocar com produtos que trazem de seus países ou para comprar o peixe do rio Zambeze e revende-lo nos países de origem. Portanto, começaram a aparecer pescadores, vendedores intermediários e compradores cujas taxas são cobradas pelo programa. Estes

⁶² Namanha, 1999:39. Workshop de reflexão sobre o maneio comunitário dos recursos naturais na região Centro realizado na Beira entre 24 e 25 de Novembro de 2000.

melhoramentos, foram só para quem tem a possibilidade de pagar a licença de pesca. E a maioria da população?

Enfim, a divisão económica e social de trabalho passou a ser uma realidade.

III.4 No âmbito sócio-cultural

Após a implantação do *Tchuma tchato* foram construídas diversas infraestruturas sócio culturais, tal é o caso de escolas, postos de saúde. Houve também apoio a actividades desportivas de diversas modalidades, a promoção de actividades culturais, concretamente danças tradicionais e locais, preservação de cultos, protecção de florestas sagradas e obediência a ritos para o uso de recursos naturais. Em Chinthopo, há muitas florestas sagradas ; um dos exemplos é a floresta de Kandzuidzi na região de Capessa. O “*Muzimu*” chefia as orações antes de uma actividade, quer produtiva, como a caça onde *Tchuma tchatu* tem se empenhado bastante e valorizado.

Felizmente, a chegada do *Tchuma tchatu* não interditou nenhuma prática sócio-cultural, antes pelo contrário incentivou e encorajou as populações no respeito dos procedimentos. E, moralmente incentivou a prática da religião sobretudo a protestante.⁶³ Isto explica-se porque a maioria da população da região sofreu influência dos países vizinhos onde a religião protestante é dominante, pois para além da fé promete cura e outras magias. Para um crente em situação de aflição, a aceitação é imediata. Por exemplo durante as guerras colonial e da Renamo, em caso de ataques, as populações se refugiavam para os países vizinhos onde eram acolhidas e se sentiam seguras. Neste

⁶³ Aspectos observados em trabalho de campo que teve lugar nos meses de Março e Abril de 2002 em Bawa Chinthopo .

convívio e para o consolo tinham que praticar a religião local. As outras religiões, eram pouco conhecidas, sem impacto e popularidade. A religião, aliada a tradição e, porque as populações acreditam que os recursos dependem dos seus antepassados e ancestrais impõem aos representantes do programa *Tchuma tchatu* a reconhecer estas práticas por isso, pode se crer que o relacionamento é positivo e tem ido num bom ritmo cujo reconhecimento tem sido multisectorial.

De forma breve estão reflectidas as mudanças que ocorreram após a implantação do programa *Tchuma tchatu* em Chinthopo, no distrito de Mágoè. Embora a parceria evocada na filosofia seja positiva, existe ainda um vazio pois os fundos bem direccionados têm sido os da comunidade. As realizações do operador privado assim como as obrigações reservadas para o governo conforme o acordo de parceria, ainda não são visíveis no terreno. Entretanto, é importante observar que onde há um acordo de parceria com jogo de interesses não faltam problemas, o que vai ser objecto de análise e discussão no próximo capítulo.

CAPÍTULO IV- CONSEQUÊNCIAS : PROBLEMAS, CONFLITOS E PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO

IV.1 Problemas e conflitos

Numa abordagem como esta sobre processos complexos que envolvem o homem e a natureza, num assunto em que está assente a dinâmica social onde o estilo de vida mudou radicalmente por causa de um empreendimento que introduziu novos modelos de vida e de sobrevivência, é lógico que tenha de haver consequências, que podem ser positivas ou negativas como resultado, neste caso, da implantação do *Tchuma tchatu*.

Assim, volvidos oito anos após a entrada em funcionamento do *Tchuma Tchatu* e, depois de uma análise do seu impacto no desenvolvimento das comunidades locais, é de admitir que o funcionamento do *tchuma tchatu* trouxe consigo consequências, traduzidas em problemas e conflitos.

O programa *Tchuma tchatu* quando foi implantado, foram primeiras medidas tomadas, a proibição da caça e o banimento da pesca sem licença. Com a inibição destas actividades habituais no seio das comunidades, muitos elementos da população ficaram desocupados e sem a possibilidade de se empregarem. Era um problema, porque a esperança para o emprego estava perdida e o programa não conseguiu colmatar esta situação. E dizia um residente:

"Há muitos jovens, principalmente à beira do rio que se dedicavam à pesca desde há muito tempo e ao longo de gerações. Ultimamente, não fazem nenhuma coisa. Quando decidem pescar, os

fiscais arrancam-lhes tudo quanto tenham conseguido na sua faina, logo entram em conflito com o governo."⁶⁴

As comunidades exigem a redução da percentagem da receita atribuída ao governo em seu benefício, pois segundo elas, tem havido desvio de aplicação. Um residente da aldeia de Capessa, uma das aldeias sob jurisdição do *Tchuma tchatu* lamentava a falta de estradas, poços de água e lojas onde pudessem utilizar o *metical*, a moeda Moçambicana, pois naquela zona só conhecem a moeda Zimbabweana.⁶⁵

Um outro problema é o pagamento simbólico na utilização das moagens que as populações se recusam a efectuar⁶⁶. O operador de turismo privado em Kafukudzi também lamenta a falta de colaboração e apoio por parte do Estado para além de não estar a cumprir com a sua parte, a de levar a cabo na zona, um programa de desenvolvimento multisectorial.

Em Kafukudzi, Mike Hope representante de Moçambique Safari dizia:

*Um dos maiores problemas é a falta de máquina e outro equipamento para a abertura de estradas e outras coisas para a comunidade...outro problema é a falta de transporte e estrada para Capesse onde prometemos construir escola...posso comprar cimento agora ; onde estão o transporte e estrada para a zona ?-O governo é que devia abrir estradas enquanto que a Safaris Moçambique ia comprar outra coisa para comunidade*⁶⁷

Para além destes, a falta de um fundo comunitário para a realização de seus projectos, falta de água potável, falta de casas melhoradas, falta de infraestruturas

⁶⁴ Entrevista com o senhor Faustino Raso, funcionário da rádio comunitária em Bawa, dia 9 de Abril de 2002.

⁶⁵ Alexandre Manuel Domingos elemento da população da aldeia de Capessa uma das seis comunidades em território do Tchuma Tchatu, em entrevista no dia 8 de Abril de 2002.

⁶⁶ Série Sistematização 2000, documento Número 2

⁶⁷ Entrevista com Mike Hope, representante de Moçambique Safari em Kafukudzi, realizada dia 9 de Abril de 2002.

sanitárias e melhoramento de escolas para aumentar os níveis de escolarização, são apontados como problemas de que enfermam aquelas comunidades que teriam tido solução após a implantação do programa.

A necessidade de melhoramento das infraestruturas do projecto, a distribuição de dinheiro físico pelos membros das comunidades assim como a falta de licenças de porte e uso de armas para os fiscais comunitários são outros problemas que têm sido levantados pelas comunidades.⁶⁸

Enquanto isto, existem conflitos que são entre homens e animais e conflitos entre os homens entre si. São exemplos do primeiro tipo de conflitos, os conflitos, entre o homem e animais tais como elefantes, hipopótamos e búfalos, que destroem culturas e habitações na zona, constituindo isso um foco de divergência entre o programa *Tchuma tchatu* e as comunidades locais.⁶⁹ O elefante é apontado como o principal responsável pelos conflitos entre homens e animais, conflito que tem como origem, a disputa pelo acesso aos recursos. Como se pode notar, ainda não se dá atenção à expectativas de domínio social, apesar de pequenos sinais.

No que são conflitos entre homens, temos como exemplos, a não atribuição de armas de fogo aos fiscais comunitários para a sua auto-defesa quando em serviço. O dinheiro que é administrado pelos conselhos comunitários é que distancia estes e a comunidade, o que faz com que os membros dos conselhos comunitários constituam uma elite. A recusa de alguns elementos da população em efectuar o pagamento simbólico

⁶⁸ ibd

⁶⁹ Série Sistematização, informação colhida durante as entrevistas em trabalho de campo e facto observado no terreno.

pelo uso das moageiras, entre outros aspectos não relevantes, tem dado espaço para a alcunha *Tchuma tchao*⁷⁰.

IV-2 Principais causas que originam os conflitos.

Para a eclosão destes problemas e conflitos, são causas fundamentais, a fraca atenção das instituições do Estado para com o desenvolvimento social da região por sinal muito extensa, pois dá-se maior prioridade a acções de pura conservação, deixando para o último plano o homem, que aliás é parte integrante da natureza. As populações, por outro lado, só porque se beneficiam dos rendimentos provenientes da caça e multas do abate ordeiro de animais mercê da conservação e uso sustentável dos recursos, esquecem-se que estes são ferozes e nunca amigos. Falta de conhecimento por parte das populações em relação a coabitação com outros seres vivos visando o equilíbrio ecológico e biodiversidade; porque apesar de bem conhecerem os corredores dos animais as populações ainda se atrevem a fazer machambas nesses locais. E, como resultado, os paquidermes comem o que encontram no seu caminho.⁷¹

A partilha de benefícios resultantes da conservação e uso sustentável dos recursos naturais também tem sido apontado como uma das causas e principal foco de problemas junto das comunidades abrangidas pelo *Tchuma tchatu*. Todavia, só porque os conselhos comunitários lideram a planificação de actividades, administram o uso dos fundos, controlam as moagens, os barcos das comunidades entre outros assuntos comunais, alguns elementos da população difamam a tarefa destes, chegando a afirmar que de

⁷⁰ Em língua nyungwe, *tchuma tchao* significa riqueza deles, o inverso de *Tchuma tchatu*.

⁷¹ Depoimento de Creva Ferrão membro da comunidade de Chinthopo em entrevista no dia 7 de Abril de 2002.

riqueza é só para os conselhos comunitários e, conseqüentemente a alcunha *Tchuma tchao*.

IV.3 Enquadramento social

Com a implantação do *Tchuma tchatu* surgiram conflitos entre as comunidades e o programa. Estes conflitos são mais de ordem funcional, entre as populações e os conselhos comunitários, entre o governo e as comunidades por o governo não usar parte da sua receita para o desenvolvimento da região visada e o conflito entre as comunidades e Piet Haugaard, operador privado em Kafukudzi, por este não estar a honrar o seu compromisso de desenvolvimento social da região. Por exemplo, a Safaris de Moçambique comprometeu-se em fornecer material para se construírem escolas melhoradas, abrir estradas e participar em micro-projectos de desenvolvimento na região, o que de papel não passou.

Estes conflitos são consequência do funcionamento do programa *Tchuma tchatu* e estão bem enquadrados no seio das comunidades, pois o governo, o programa, a comunidade e o operador privado na região subscreveram uma parceria, que foi formalizada e legitimada para o desenvolvimento da região.

Com o início das actividades do *Tchuma tchatu*, surgiram conflitos, próprios de uma dinâmica social que se enquadram perfeitamente, para justificar o crescimento do programa. Trata-se de problemas e conflitos de ordem social e provêm do funcionamento do programa e que envolvem os intervenientes na parceria, protagonizada pela filosofia do *Tchuma tchatu*.

Antes do programa, este tipo de conflitos não se fazia sentir, levando pois a concluir-se que são o resultado da entrada em funcionamento e o posterior desenvolvimento do programa. Estes conflitos que são consequência do funcionamento do *Tchuma tchatu* enquadram-se na dinâmica social das comunidades ou sociedades em desenvolvimento.

IV.4 Consequência de âmbito estrutural

Em termos estruturais, após a entrada em actividade do programa *Tchuma tchatu* localmente foram introduzidos modelos como é o caso dos conselhos comunitários, que passaram a monopolizar e a constituir a estrutura de base da região, integrando membros eleitos tais como régulos, médicos tradicionais e mulheres, que foram indicados para aquelas estruturas, com participação igual na tomada de decisão.

A estrutura social mudou e passaram a usar-se métodos modernos, cruzados com os tradicionais o que dá maior credibilidade ao *Tchuma tchatu* junto às comunidades, com suporte em espíritos médios que representam seus ancestrais. Portanto, foram introduzidos os conselhos comunitários para responder a nova exigência do programa *Tchuma tchatu*.⁷²

⁷² Koch no seu trabalho sobre Tchuma Tchatu. intitulado *as nossas florestas, a nossa fauna bravia, a nossa riqueza*, realizado no inverno de 1995 em Bawa, enaltecia a importância do cruzamento de métodos, nos projectos de manejo comunitário dos recursos naturais.

Foloma, M. TchumaTchatu experiência e perspectivas : *Comunidades e manejo comunitário dos recursos naturais*. In : memórias da primeira conferência Nacional sobre manejo comunitário dos recursos naturais, Maputo, Nov. de 1998.

IV.5 Consequência de âmbito Económico- Financeira

Tendo em conta os assuntos levantados ao longo do presente trabalho é evidente a relação existente entre si, pois onde começa uma abordagem é onde termina a outra, fazendo com que alguns aspectos se confundam. O tema no seu todo é multidisciplinar porque trata de assuntos ecológico-ambientais, económicos, sociais e culturais. O económico e sócio-cultural só tem efeito com a presença e envolvimento do homem.

Ao longo do desenvolvimento do tema fiz saber que, *Tchuma tchatu* foi implantado com o objectivo de resolver o conflito social entre as comunidades locais e um operador privado e, conseqüentemente criar-se uma parceria entre estes e o governo.

A parceria era para o uso sustentável dos recursos naturais que implicava a autorização de uma empresa de safari visando o desenvolvimento de turismo cinegético em Chinthopo cuja exploração devia ser paga e os recursos financeiros revertidos para o desenvolvimento económico e sócio cultural da região.⁷³

Portanto, foram introduzidas novas actividades tais como o turismo, licenciamento para a pesca e caça com vista a arrecadação de receita, fiscalização, planificação de despesas, enfim economia e finanças.


Portanto, a emergência de problemas e conflitos, suas causas, o enquadramento social destes, a sua influência, mudanças no âmbito estrutural, o desenvolvimento da actividade turística, económica e financeira, a partilha conflituosa de benefícios de natureza material, particularmente no *Tchuma tchatu* constituem as consequências deste

⁷³ Este procedimento e a consequente repartição de benefícios é legitimado pela lei N° 10/99 de 7 de Julho, sobre florestas e fauna bravia, assim como o diploma interministerial 92/95.

programa de manejo comunitário dos recursos naturais sedado em Chinthopo, distrito de Mágoè.

IV.6 Contribuição do Tchuma Tchato.

Fazendo uma retrospectiva e avaliando o percurso do programa *Tchuma tchatu* no distrito de Mágoè desde 1994, está claro que este programa introduziu por um lado, no seio comunitário uma mentalidade nova em relação ao uso sustentável dos recursos naturais cujo resultado fomos abordando ao longo do texto, por outro lado, introduziu a cultura de parceria. Embora as instituições do governo e o operador privado não estejam a cooperar com ações concretas tais como a abertura de vias de comunicação e melhoramento de infraestruturas sociais que na região são pouco visíveis as comunidades já falam com autoridade sobre os seus planos. Alguns elementos dizem:



Tchuma tchatu trouxe só a moagem e mais nada. Hospital aqui não temos. Só com o dinheiro que veio no ano passado é que vamos fazer escola. Queremos construir escola e hospital. Ainda, parte do dinheiro já utilizamos para renovação da vedação... Os elefantes são um problema pois estão a estragar machambas das pessoas... O relacionamento com Piet Hougaard, é suficiente. O governo, aqui não tem nada...⁷⁴

As populações estão satisfeitas e reconhecem o contributo do programa para a melhoria da vida das comunidades abrangidas mas não vêm com bons olhos a indiferença do governo e do operador privado subscritores da parceria, apontando porém a participação positiva de algumas ONG's.

⁷⁴ Entrevista com Cheque Office da comunidade de Bawa realizada no dia 11 de Abril de 2002.

Para um arranque rumo ao desenvolvimento comunitário, *Tchuma tchatu* conseguiu combinar os conceitos *comunidade, habitat e desenvolvimento comunitário* na região do posto Administrativo de Chinthopo. *Tchuma tchatu* desenvolveu igualmente o convívio sócio-cultural onde a comunidade local tornou-se dona de seus destinos, planificando e executando o que achou melhor para o seu desenvolvimento.

Matias sobre o assunto diz :

*Há muito tempo, aqui estávamos a sofrer. Então íamos à Zâmbia fazer compras. Agora aqui já temos loja onde nós também podemos comprar coisas. Por isso, estou a dizer que há muito tempo era diferente.*⁷⁵

Não se acabou com a pobreza absoluta, mas criaram-se bases para a sua erradicação, educando as comunidades e criando infraestruturas sociais assim como algumas melhorias para a conservação do meio ambiente embora em fase embrionária. O dinamismo social e o conceito *cultura* foi animado, pois o moderno, o tradicional e o científico fundiram-se na perspectiva de um desenvolvimento comunitário salutar.

Em Chitete, o régulo Nhaphere dizia:

*Nos sítios sagrados não é permitido disparar armas, fazer construções e abrir machambas. A empresa Safaris Moçambique em Kafukudzi, está a cometer muitos desmandos pois não obedece a legislação Moçambicana e os acordos de parceria com as comunidades. Há problemas ; não nos fornece carne conforme o acordado, pelo menos uma vez por mês. Prometeu construir estrada, mesma coisa. Não há o que Piet faz... Não há entendimento com a população.*⁷⁶

⁷⁵ Muqueia Matias membro da comunidade de Bawa em entrevista dia 11 de Abril de 2002.



Nesta citação está visível o descontentamento das populações, na voz do seu régulo, em relação à postura do operador de turismo Piet Haugaard que desde 1993 ainda não fez nada para o desenvolvimento da região.

Apesar destas clivagens, criou-se um espaço para uma harmonia entre o operador privado e as comunidades locais que antes estavam de costas viradas, para uma parceria em prol do desenvolvimento sócio-cultural de Chinthopo. O contributo do *Tchuma tchatu* ultrapassou as expectativas iniciais, pois apesar de não ter tido a reacção necessária por parte do governo e do operador privado ensinou as populações, o cruzamento de métodos para o melhor aproveitamento e uso sustentável dos recursos o que as comunidades assumiram com o rigor necessário.

Ainda em relação à fraca parceria e a ausência da acção forte do governo, uma funcionária do programa em desabafo dizia:

*Queremos mais desenvolvimento a partir do Tchuma tchatu, queremos transporte, estradas para irmos conhecer Tete. Aqui, não temos estradas nem transporte."*⁷⁶

Tendo em conta o reconhecimento das populações em relação aos feitos do *Tchuma tchatu*, é de louvar a sua contribuição. A mudança de mentalidade introduzida em relação ao bem comum, a solidariedade interfamiliar face aos ataques de animais consideram-se lições por reter durante o período em estudo. *Tchuma tchato* contribuiu para a redução de conflitos entre a companhia de Safaris, estruturas locais e a população em relação ao direito de uso dos recursos naturais, que se vivia desde a chegada daquela companhia.

⁷⁶ Queniasse Nhaphere régulo de Chitete em entrevista concedida na sua aldeia no dia, 06 de Abril de 2002.

Na base foi introduzida uma nova estrutura, composta por conselhos de gestão comunitária de recursos naturais ; criou emprego para alguns elementos da população, formou pessoal em diversos níveis, quer do governo como das comunidades locais, e houve desenvolvimento local fruto da receita proveniente da caça desportiva⁷⁸.

Estes aspectos constituem em linhas gerais, a contribuição do programa *Tchuma Tchatu*.

CONCLUSÃO

As ONGs na província de Tete estão-se assumindo e se afirmando como promotores do desenvolvimento comunitário, multisectorial e como mais um complemento da sociedade civil⁷⁹.

Tchuma tchatu é fruto de contribuição duma ONG, que financiou aquele programa nos anos que vão de 1994 a 2000, primeiro como projecto e finalmente como programa.

A identificação do local, a concepção do projecto, a acessoria técnica, a autorização, entre outras facilidades, tiveram o aval do governo e apoio de organizações nacionais e internacionais amigas da natureza, que deram força para o arranque do programa.

O objectivo do projecto era resolver um conflito entre as comunidades e um operador privado de Safari e a consequente parceria entre comunidades locais, governo e o operador em alusão. Quando abordado para descrever o programa, Namanha afirmou:

⁷⁷ Gracy Andiceni Zulo, funcionária do programa, em entrevista no dia 5 de Abril de 2002.

⁷⁸ Namanha e Lindima , 2001:4. Comunicação feita sobre antecedentes e sucessos do Programa *Tchuma tchatu* até ao momento actual. Direcção Provincial de Agricultura e Desenvolvimento Rural, Tete.

... Foi melhor ter sido o governo a tomar a dianteira na concepção e permissão do projeto e a população beneficiar-se depois. Porque a filosofia tinha que ser a utilização das comunidades como autoras do desenvolvimento comunitário. Portanto a gerir os recursos naturais junto ao sector privado numa forma de parceria. É quando surge o programa *Tchuma tchatu* não de uma forma planificada mas como alternativa para eliminar os conflitos no uso e aproveitamento dos recursos naturais...⁸⁰

Apesar da fraca parceria o primeiro objectivo para a implantação do programa foi cumprido. Portanto, podemos afirmar que *Tchuma tchatu* criou condições para a promoção de emprego para alguns elementos das comunidades locais, facilitou a descentralização na tomada de decisões, promoção de grupos de interesse comum tais como associações femeninas cujo exemplo é a Elephant Society.⁸¹

A alcunha difamatória *Tchuma tchao* que se tem vindo a referir-se opondo-se ao *Tchuma tchato* quer por membros do governo local, singulares, funcionários do programa e comunidades locais no geral, provém de:

-Antigos caçadores furtivos que perderam campo de acção, alguns elementos da população que estão contra o pagamento simbólico pelo uso das moagens assim como um grupo de indivíduos que querem a divisão do dinheiro físico pelas populações em prejuízo de obras comunais⁸².

⁷⁹ Gervásio Fabião Chissipo, coordenador do Forum provincial das ONG's em entrevista, dia 17 de Abril de 2002.

⁸⁰ Luís Namanha em entrevista na cidade de Tete dia 20 de Março de 2002.

⁸¹ Valente, chefe da unidade de Bawa no seu relatório do mês de Junho de 2000 enaltece o papel dos núcleos emergentes de associações femeninas em Chinthopo.

⁸² Luís Namanha co-fundador do programa *Tchuma tchato* em entrevista no dia 20 de Março de 2002; Januário Zunga Mabui, Administrador do distrito de Mágoè, em entrevista no dia 4 de Abril de 2002; Funcionários do programa *Tchuma tchato*., entrevistados no dia 5 de Abril de 2002; Comunidade de Chitete em entrevista no dia 6 de Abril de 2002; José Chocola, chefe do posto Administrativo e Comunidade de Chinthopo em entrevistas no dia 7 de Abril de 2002; Comunidade das aldeias de Capesse e Mamuirea em entrevistas no dia 8 de Abril de 2002 ;Comunidade da aldeia de Nhanchenje em entrevista no

Todos os actores sociais envolvidos neste programa confirmaram estar motivados com o desempenho do *Tchuma tchatu* e que vão cooperar para a sua prossecussão com sucesso visando o desenvolvimento da região. Acções concretas de parceria não são bem visíveis, porém o impacto *sócio-cultural* deste programa de maneio comunitário e uso sustentável dos recursos naturais pode-se considerar como sendo positivo. O programa terá problemas de sustentabilidade económico-financeira para a sua continuidade e rentabilidade após a retirada do grupo doador no ano dois mil. Daí que a posição do governo e de operadores privados é que ditarão em função da correcção das falhas de parceria e distribuição dos rendimentos para que haja desenvolvimento na região. Será *Tchuma tchatu* ou *Tchuma Tchao*?

dia 9 de Abril de 2002 e comunidade da aldeia de Bawa em entrevista no dia 11 de abril de 2002; todos confirmaram a origem do *Tchuma Tchao*.

Fontes

a) Fontes de Arquivo

a.1) Arquivo Histórico de Moçambique (AHM)

AHM, FUNDO *ISANI*. Relatório da inspecção ordinária à circunscção do Zumbo, 1956. ISANI caixa N°61.

b) Arquivo do programa *Tchuma tchatu*, Tete⁸³

Relatórios

Marcelino Foloma, coordenador do programa *Tchuma Tchatu*, Tete, Abril 1998.

Tiago Félix Lidimba, sobre "*antecedentes e sucessos do programa Tchuma tchatu até ao momento actual*." Tete, Junho de 2001.

Jorge Pedro Valente, Chefe da Unidade *Tchuma tchatu*-Bawa, referente às actividades dos meses de Abril e Maio de 2000

...*Tchuma tchatu*-Bawa referente à actividades do mês de Junho de 2000.

c) Arquivo da unidade de apoio ao maneio comunitário (UMC/DNFFB)

AYCRIG, Maria. *Lições sobre o envolvimento da Comunidade na gestão de projectos de recursos naturais em Moçambique*: Nota informativa N°2. Maputo:DNFFB, Maio de 1998.

BILA, Anselmo T. *Publicações disponíveis na unidade de apoio ao maneio Comunitário até Novembro 1998*: Nota informativa N° 1. Maputo:DNFFB, Novembro de 1998.

MANSUR, Eduardo. *Poposta Metodológica e instrumento para o auto Diagnóstico*: Nota técnica n°2. Maputo:DNFFB, Novembro de 1997.

MATAKALA, Patrick. *Guião para a avaliação da capacidade das Comunidades nos programas de maneio Comunitário dos recursos naturais*: Nota técnica N°3, Maputo: DNFFB, Maio de 1999.

⁸³ Documentos não trabalhados

...Guião para trabalhadores de Campo e investigação em manejo florestal Comunitário : Nota técnica nº1. Maputo, Maio de 1999.

KUCHENREUTHER, Renate. *Análise do Género nos programas de manejo Comunitário de recursos naturais*: Nota técnica nº 6. Maputo, Setembro de 2000.

MADER. *Lei de florestas e fauna bravia*. Maputo : MADER, Setembro de 1999.

c) Outras fontes

c.1) Centro de Promoção de Investimentos (CPI)

CPI .Termo de “autorização do projecto Safaris de Moçambique”. Maputo: CPI, 1993

CPI. Relatório de inspecção ao projecto Safaris de Moçambique. Maputo: CPI, 10 de Junho de 1994.

c.2) LINK

LINK. Fórum de ONG's : *Directório de ONG's* ; Maputo, Junho de 2001.

e) Periódicos

e.1) Jornal Domingo

Miguel, Ramos. *Fracassou um Projecto com fama internacional*.pp.12-13, Mputo,13 de Fevereiro de 2002

e.2) Jornal Notícias

Mavuie, Lucas.*Projecto “Tchuma tchatu” em reavaliação*.pp.2, Maputo,14 de fevereiro de 2002

e.3) Revista Moçambique, Nº18.

Diário de uma viagem a Bawa.pp.22, Maputo,Setembro de 1997

f) Teses

NAMANHA, Luís dos Santos. Artisanal Fishing and Community Based Resource Management: A Case Study of Tchuma Tchato Project in Mozambique. *Master Thesis*. University of Natal, Pietermaritzburg, 1999.

g) Comunicações em seminários ou conferências

ABACAR, António. Programa *Chipange Chetu*: Pareceria e sustentabilidade em manejo dos recursos naturais à norte do Distrito de Sanga. In: *IIª Conferência Nacional sobre o Maneio Comunitário de Recursos Naturais*. Maputo, Maio/Junho de 2001.

CHILUNDO, Arlindo Gonçalo; CAU, Boaventura Manuel. Organização das comunidades no actual contexto agrário em Moçambique. Comunicação apresentada por ocasião do Workshop sobre *Reformas legislativas e de política de terras envolvendo os utilizadores*. Maputo, Novembro, 1999.

CUNHA, Fernando Fidalgo. As comunidades locais no manejo dos recursos naturais. A questão da sua representatividade In: *1ª Conferência Nacional do MCRN*, Maputo 1998.

FOLOMA, Marcelino. Tchuma tchatu: Experiência e perspectivas. Comunidade e manejo comunitário dos recursos naturais. In: *1ª Conferência Nacional Sobre Maneio Comunitário dos Recursos Naturais*. Maputo, Novembro de 1998.

JOÃO, Adelaide Celestino. Envolvimento da mulher no programa de gestão do Meio ambiente urbano na cidade de Nampula. In: *IIª Conferência Nacional sobre Maneio Comunitário dos Recursos Naturais*. Maputo, Maio/Junho de 2001.

NAMANHA, L. dos Santos. Possibilidades de implementação de manejo Comunitário de recursos naturais e intervenção do Estado. In: *IIª Conferência Nacional sobre o manejo Comunitário de recursos naturais*. Maputo, Maio/Junho de 2001.

... Workshop de reflexão sobre Maneio Comunitário dos Recursos Naturais na região centro. Beira, Novembro de 2000.

NAMANHA, Luís; MANSUR, Eduardo; FILIMÃO, Estevão. Tchuma tchatu: An experience of CBNRM in Mozambique. International Workshop on community Forestry in Africa. Banjul, Gâmbia, 26-30 April 1999

ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA. Factor chave para o manejo Comunitário dos recursos naturais. In: *Iª Conferência Nacional sobre MCRN*, 1998.

PICARDO, Juliano Victória. O aproveitamento das riquezas para o desenvolvimento local. In: *II Conferência Nacional sobre o Maneio Comunitário dos Recursos Naturais*. Maputo, Maio/Junho de 2001.

RODRIGUES, Anabela. Sustentabilidade e conflitos nos modelos de gestão envolvendo as Comunidades, o Sector privado e os governos locais. In: *IIª Conferência Nacional sobre o Maneio Comunitário dos Recursos Naturais*. Maputo, Maio/Junho de 2001.

SWENNENHUIS, Joss. Dois caminhos por um empowerment Sustentável?- Comparação entre dois modelos de organização Comunitária. In: *IIª Conferência Nacional sobre o Maneio Comunitário dos Recursos Naturais*. Maputo, Maio/Junho de 2001.

VAZ, K ; Calane, A. ; Tankar, I. Parceria sustentável-Não é uma questão de Quik-win. In: *IIª Conferência Nacional sobre o Maneio Comunitário de Recursos Naturais*. Maputo, Maio/Junho de 2001.

h) Entrevistas

Luís dos Santos Namanha, Unidade Central *Tchuma Tchatu*, cidade de Tete 20 de Março de 2002

Januário Zunga Mabui, administrador do distrito de Mágoè-sede, 04 de Abril de 2002

José Chocola, chefe do Posto Administrativo de Chinthopo-sede, 07 de Abril de 2002

Master Simione Cauendura, Wilson Piqui, João Bonifácio João, Sevene, fiscais, Patrícia Mairosse e Gracy Andiceni Zulu, Licenciadoras no programa *Tchuma tchatu Bawa*, em 05 de Abril de 2002

Perpéchua Kaco Máquina, Laissonne Muanza, Costa Cufa, Maxen Guemu, Felizberta Saimone Chaora, Quenia António Mucangaza, Jéssica Jemusse, Queniassé Nhaphere, Presidente do Conselho Comunitário e Régulo de Chitete, 6 de Abril de 2002.

Horácio Adamo Dique, Kingson Jolafane, Kefasse Sixpence, Laque Pulete, Alexandre Manuel Domingos, Thirani Camuaia, Blessing Sikume, Madalena Diquissone, Cristin Jofans e Gracinda Spunu, Comunidade de Capessa, 8 de Abril de 2002.

Guilbert Kandomba, Jeck Chereni e Lourenz Chereni, Comunidade de Namuira, 8 de Abril de 2002.

Faustino Raso, Funcionário da Rádio Comunitária, Bawa 9 de Abril de 2002.

Colen Adamo, Angelina Chimbulale, Patson, Mida, Waite Jonasse e Londina, da Comunidade de Nhanchenje, 9 de Abril de 2002

Muqueia Matias, Valeta Andrade, Nebate Bero, Clemente Chumba, Eugénia Cleto, Catherine Mofate, Dia Languane, Cheque Office e Richard António, Comunidade de Bawa, 9 de Abril de 2002.

Carlos Gandar de Paiva Mumba, Comunidade de Bawa, 12 de Abril de 2002

Luís Mafiossi, Pastor de Igreja de Deus, Celina Vicente, Crente da Igreja Católica apostólica Romana, Bernardo Cuercane, Catequista da Igreja Católica apostólica Romana em Bawa, 14 de Abril de 2002.

Mike Hope, Representante de Safaris de Moçambique em Kafukudzi, dia 9 de abril de 2002

Creva Ferrão e Celestino Francisco Manuel, Chinthopo Sede, dia 07 de Abril de 2002.

Gervásio Fabião Chissipo, coordenador provincial do Forum das ONG's na cidade de Tete, 17 de Abril de 2002.

i) Artigos e livros

1. ACNUR/PNUD. *Perfis de desenvolvimento Distrital*. [Distrito de Mágoè, província de Tete], Junho de 1996. Maputo : ACNUR/PNUD, 1996.
2. BERNARDI, Bernardo. *Antropologia*. Teorema. Lisboa, 1989.

3. BILA, Anselmo. *Necessidade de investigação em floresta e fauna bravia: Relatório de consultoria do projecto-GCP/MOZ/056/NET-1998.*
4. CANCELAS, Alexandre. *Contributo para uma política social Moçambicana.* Ed. Pax. Braga, 1972.
5. CASAL, Adolfo Yañez. *Antropologia e Desenvolvimento: As aldeias Comuns de Moçambique.* Ministério da ciência e Tecnologia. Lisboa, 1996.
6. CONSELHO DE MINISTROS. *Moçambique: Divisão territorial.* Imprensa Nacional. Maputo, 1986.
7. DITTBORN, A. *Propuesta de trabajos de extension forestal em Comunidades Rurales.* Rome, FAO, 1979
8. DIAS, Saul. *Glossário toponímico, histórico administrativo geográfico e etnográfico, (Moçambique).* 2ª ed., Maputo, 2002. AHM.
9. FILIMÃO, E. et all. *Tchuma Tchatu Os prazeres, os pesares e as ambiguidades de uma experiência de Maneio Comunitário dos Recursos Naturais em Moçambique : Documento Nº 1- Série sistematização.* Maputo, S/d.
10. FILIMÃO, E. ; Mangué, P. ; Magane, S. *Tchuma Tchathu : Os prazeres, os pesares e as ambiguidades de uma experiência de maneio comunitário dos recursos naturais em Moçambique.* Documento Nº2- Série Sistematização. Maputo, Dezembro de 2000.
11. HIDROTÉCNICA PORTUGUESA. *Missão de Fomento e Povoamento do Zambeze. Relatório Preliminar II: Possibilidades de desenvolvimento.* Lisboa: Hidrotécnica Portuguesa, 1958.
12. KOCH, Eddie. *Our forests, our wildlife, our wealth.* Johannesburg, 1998⁸⁴.
13. LAKATOS, Eva Maria; Marconi, Marina de Andrade. *Metodologia Científica. Ciência e conhecimento científico ; métodos científicos ; Teoria, Hipóteses e variáveis.* 2ª ed., São Paulo, Editora Atlas S.A. 1995.

⁸⁴ Em relação a este autor lamentamos não ter conseguido identificar o nome da revista, pois no depósito do NET/UEM só havia a fotoópia do artigo.

14. MALINOWSKI, Bronislaw ; Radcliffe, Brown ; Gluckman, Max ; Berreman, Gerald; Cicourel, Aron; Levi Strauss, Claude. *Desvendando mascaras sociais*. São Paulo, S.d.
15. NOGUEIRA, Teresa Sá. Tchuma Tchathu, Diário de uma viagem à Bawa : *Moçambique*, Nº18, Setembro de 1997.
16. Política e estratégia de desenvolvimento florestal e fauna bravia. Maputo: DNFFB, Junho de 1999.
17. RITA-FERREIRA, António. *Povos de Moçambique História e cultura*. Afrontamento/Porto, 1975.
18. WILSON, Ken: CAMPFIRE em Moçambique ou como consolidar comunidades. *Moçambique*, Nº18, Setembro de 1997.

ANEXOS

Autorizacão

do Projecto

"Safaris de

Mocambique"



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

COMISSÃO NACIONAL DO PLANO

DESPACHO

de 25 de Janeiro

Através da Lei nº 4/84, de 18 de Agosto, e do Regulamento do Investimento Directo Estrangeiro, foram estabelecidos, na República de Moçambique, o quadro legal básico e as normas a observar para a realização de investimentos directos estrangeiros no País.

O Senhor Piet Hougaard, de nacionalidade zimbabweana, em associação com os moçambicanos, Elton Leopoldo Macamo Chambal, Lopes Tembe Ndelana e Maria Violante Jeremias Manuel, pretende realizar, em território moçambicano, um projecto designado "Safaris de Moçambique", cujo objecto consistirá na reabilitação de um acampamento de safaris para acomodação de turistas, desenvolvimento e exploração de uma farma de criação de crocodilos, exploração de turismo cinegético, a promoção da prática de pesca desportiva e outros desportos aquáticos e a captura de animais selvagens para exportação, na Província de Tete, ao longo da Albufeira de Cahora Bassa.

O projecto foi analisado pela Comissão de Avaliação, tendo sido considerado viável sob os pontos de vista técnico e económico-financeiro, que contribuirá para o desenvolvimento de uma capacidade tecnológica local de criação de crocodilos e de extracção, tratamento e comercialização de peles de crocodilos, poderá fomentar o desenvolvimento de outras actividades de apoio e complementares às de exploração de turismo, e proporcionará contributo útil para o Orçamento Geral do Estado e para o Fundo Cambial do País.

Nestes termos, ao abrigo do disposto no artigo 1 do Decreto nº 9/87, de 30 de Janeiro, determino:

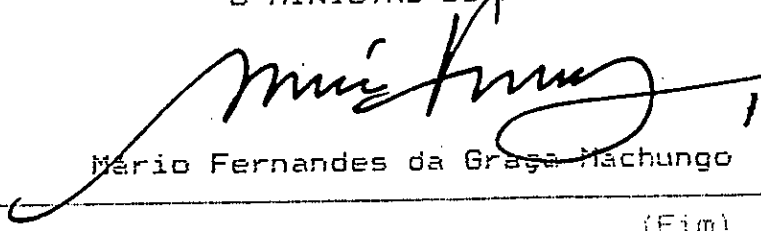
1. É autorizada, nos termos da Autorização em anexo, que faz parte integrante do presente Despacho, a realização, na República de Moçambique, do projecto "Safaris de Moçambique", envolvendo investimento directo estrangeiro do Senhor Piet Hougaard, de nacionalidade zimbabweana, em associação com o investimento directo nacional dos moçambicanos Elton Leopoldo Macamo Chambal, Lopes Tembe Ndelana e Maria Violante Jeremias Manuel.

(Continua na pág.2)

2. O Ministério das Finanças outorgará em todos os instrumentos de natureza financeira, tributária, aduaneira e cambial no âmbito das suas competências.
3. Ao Ministério do Comércio, ao Banco de Moçambique e outros organismos e instituições competentes em matérias específicas caberá decidir sobre questões da sua competência, fixando os mecanismos apropriados à realização do projecto.

Maputo, aos 25 de Janeiro de 1993

O MINISTRO DO PLANO


Mário Fernandes da Graça Machungo

(Fim)

Anexo 2 1

<i>Beneficiário</i>	<i>Ano 1996</i>	<i>Ano 1997</i>	<i>Ano 1998</i>	<i>Ano 1999</i>
<i>Comunidade</i>	126.500.000,00	176.861.000,00	128.055.444,00	142.990.026,00
<i>Governo Distrital de Mágoè</i>	84.138.000,00	117.612.000,00	85.156.870,00	90.083.702,00
<i>Governo Distrital de Zumbo</i>	36.059.000,00	50.405.000,00	36.495.802,00	38.607.301,00
<i>Fazenda do Estado (Governo Central)</i>	141.000.000,00	171.503.000,00	130.138.421,00	148.510.675,00
<i>Total</i>	387.697.000,00	516.381.000,00	379.846.537,00	417.489.129,00

Tabela reportando a distribuição das receitas do programa *Tchuma Tchatu*, nos anos que vão desde 1996 a 1999.

In: Série sistematização, documento Nº 2.pp 17.

GLOSSÁRIO

A-CHIKUNDA; CHIKUNDA- Escravo (usado para os servidores armados dos Afro-Portugueses); elementos de vários grupos étnicos que se tornaram escravos nos Estados militares do vale do Zambeze ; guerreiros aristocratas que tinham como principal tarefa a protecção da fronteira contra ameaças externas, sufocar revoltas internas e capturar escravos para venda.

COUTADA- Terra defesa. Mata onde se cria caça .Terra defesa cercada ou não que goza de certos privilégios.

CINEGÉTICA- Arte de caça com auxílio de cães. Opõe-se à altaria. Caça em geral, arte da caça..

CINEGÉTICO- Relativo à cinegética, relativo à caça.

LINK- É o nome com o qual se designa o Forum das ONG's em Moçambique

MUKAZAMBO- Chefe de unidade militar a que se designava por Butaca. Chefe de uma colónia de escravos.

MUZIMU- - Em língua local, significa espírito

MPHONDOLO- Em língua local significa leão

NVULA- Em língua local, significa chuva, mas também se utiliza esta designação para o *Muzimu Mphondolo*.

TCHUMA TCHATU- Em língua local chikunda e nyungwe faladas em chinthopo quer dizer *nossa riqueza*

TCHUMA TCHAO- Em língua local trata-se do oposto de *Tchuma Tchatu*, neste caso concreto significa *riqueza deles*.

TURISMO CINEGÉTICO- Gosto pelas viagens de instrução e recreio. ²

² Para o presente glossário, teve-se como base de consulta, a Grande enciclopédia Portuguesa e brasileira, volumes VI e VII, Dicionário da língua Portuguesa, 6ª edição ; Newitt, Malin. *História de Moçambique*. Mira Sintra, 1997 ; e Comunidades locais.

Anexo 5Fotos



Foto 1. Escola primária de Capesse construída por fundos do Tchuma tchatu atribuídos à comunidade.08.04.2002



Foto 2. Crianças da aldeia de Nhanchenje cujo posto de saúde ficou destruído aquando das cheias de 2001. A comunidade tem plano de construir outro.09.04.2002

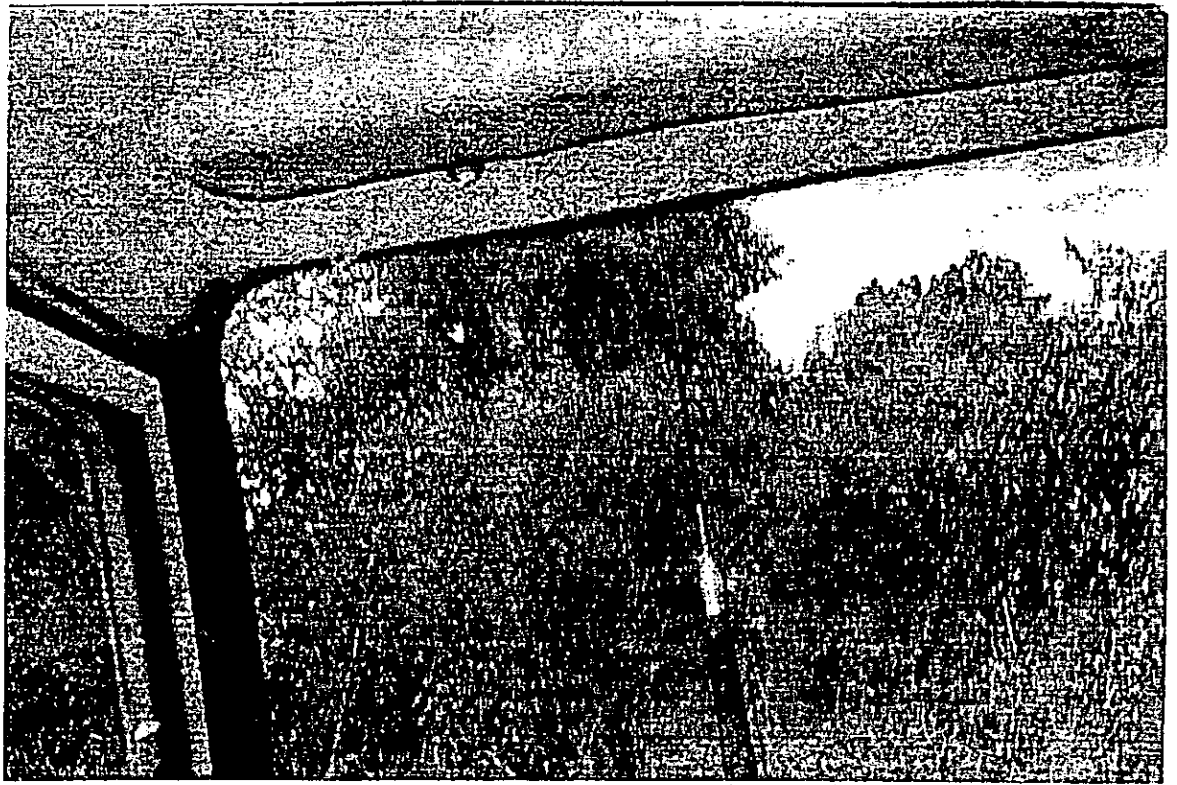


Foto 3 e 10. Aspecto em que se encontra maior parte das estradas na área do Tchuma, Tchatu. 6 a 15 de Abril de 2002.



Foto 4. População da comunidade de Chitete não conhece a moeda moçambicana o Metical e clama por ela.



Foto 5. Esta população, da comunidade de Nhanchenje percorre 17Km para encontrar o posto de saúde mais próximo. 09.04.2002



Foto 6 Uma senhora da aldeia de Chitete preparando
bebida tradicional para ajudar despesas domésticas. 06.04.2002

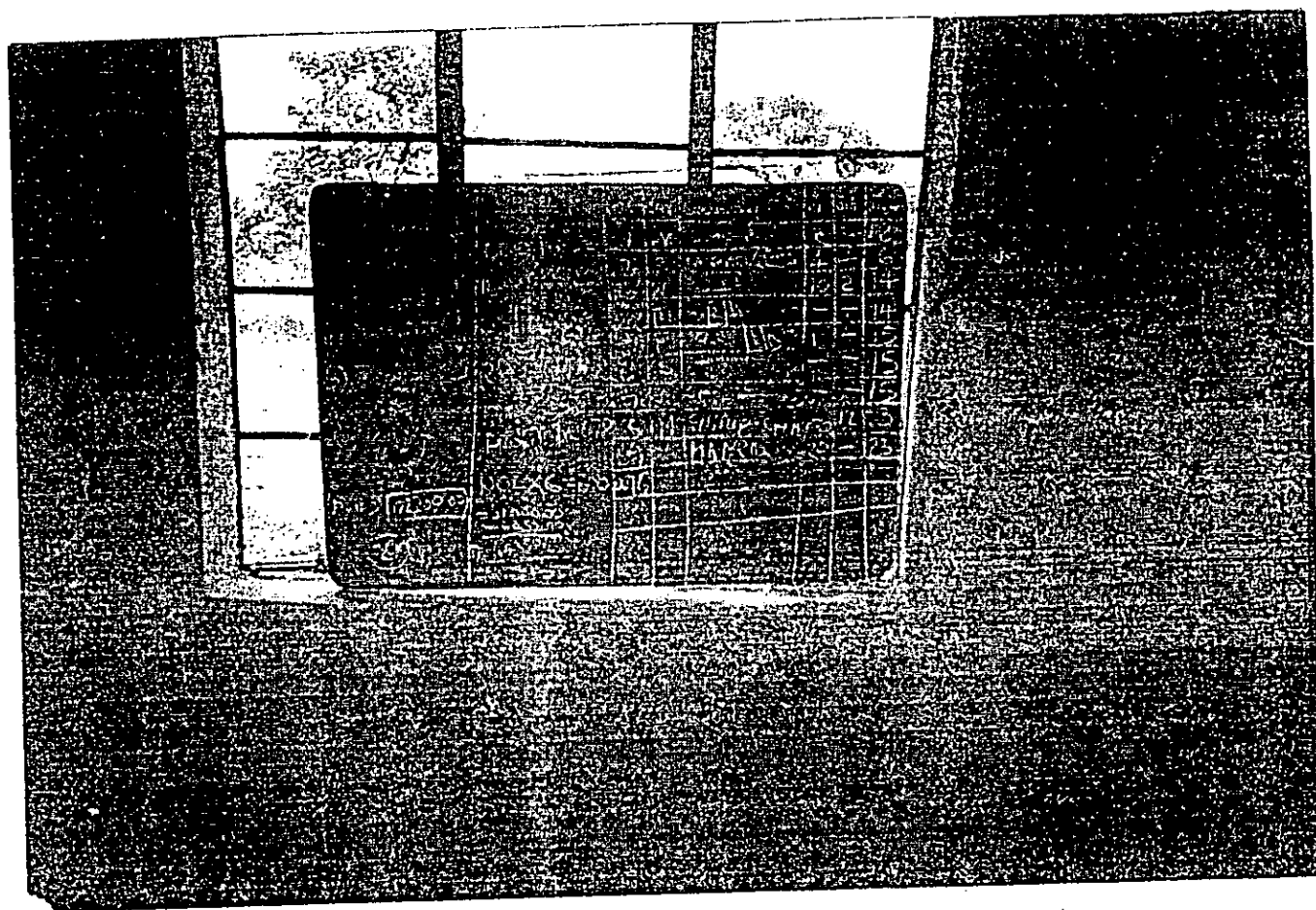


Foto 7. Um quadro no interior da escola primária de Capesse onde se leciona até a 5ª classe no máximo e sem perspectiva de progressão.08.04.2002



Foto 8. O tractor na imagem serve de transporte para ligar as várias comunidades que compõem o território do Tchuma tchatu.06 .04.2002

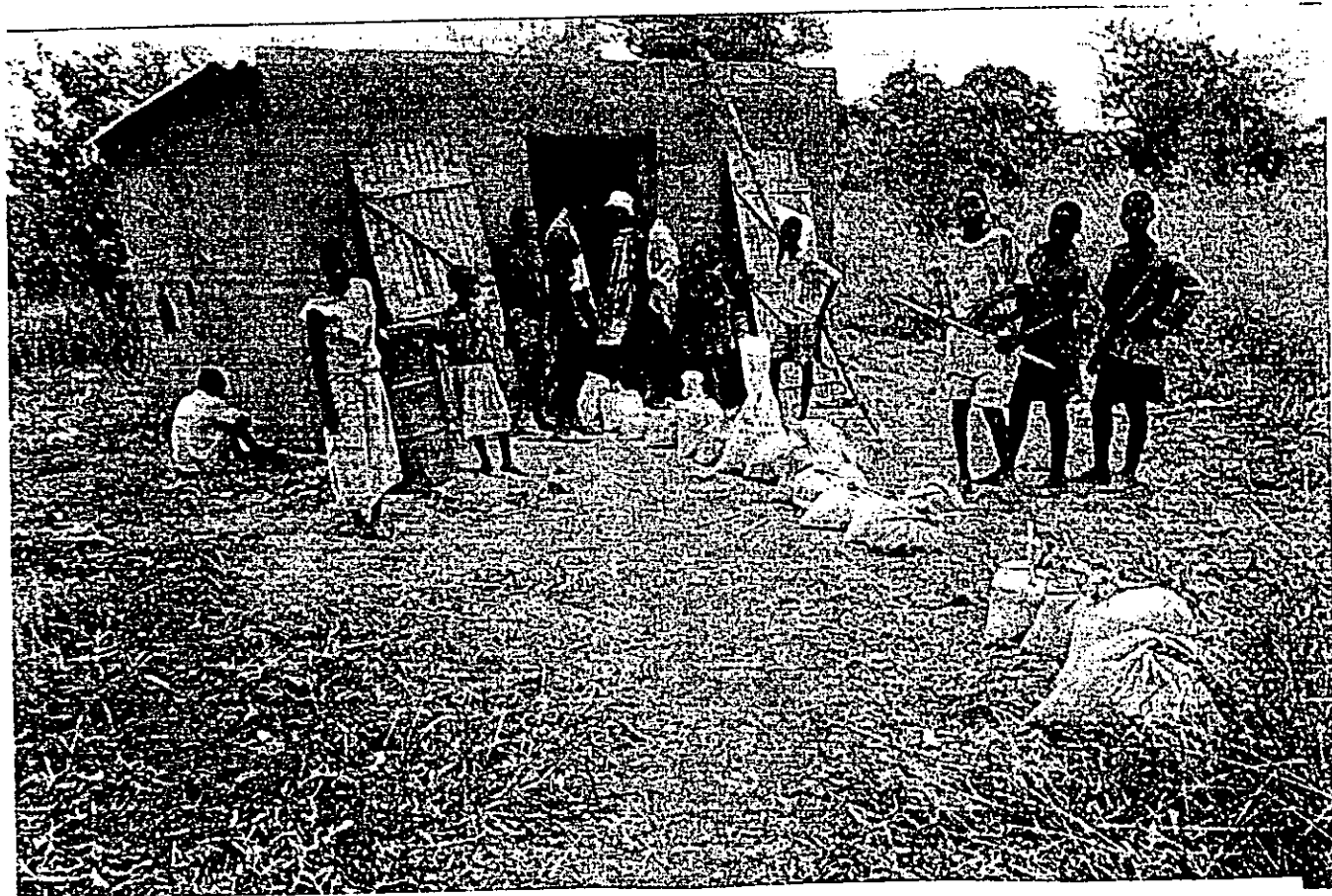


Foto 9. No interior da casota funciona a moagem adquirida pelo programa Tchuma tchatu para a comunidade de Capesse.08.04.2002.



Uma anciã na aldeia de Capessa, preparando folhas de abóbora para o seu almoço... 08 04.2002